

A CLASSE OPERÁRIA



PROLETÁRIOS
DE TODOS
OS PAÍSES
UNI-VOS

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - Ano 74 - nº 185 - 15 de fevereiro de 2000 - R\$ 1,00

Unidade é a chave para a vitória da oposição nas eleições 2000

O Brasil está diante de uma encruzilhada. “A saída é antes de tudo política”, afirma resolução da reunião plenária do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, realizada dias 29 e 30 de janeiro (páginas 4 a 8 desta edição). Num ano em que todas as cidades do país escolherão seus prefeitos e vereadores, a construção e fortalecimento da unidade entre as forças que se opõem ao projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso ganha dimensões estratégicas. As eleições municipais terão influência decisiva na própria continuidade do governo de FHC e sua sucessão. Cerca de 90 milhões de eleitores comparecerão às urnas.

Prevalece nas forças governistas a determinação de usar todos os recursos e meios necessários visando manter a atual política contrária aos anseios nacionais e garantir bons resultados eleitorais. Contudo, o agravamento da situação econômica e social gera a perda de credibilidade e de confiança da maioria da população nos propósitos defendidos pelo presidente da Repú-



Comitê Central do PCdoB reunido: estratégia dos comunistas para as eleições municipais

blica e seus apoiadores.

Não é incompatível desenvolver o movimento em defesa do Brasil, com a Frente Democrática Popular como núcleo de um movimento cívico em defesa do país, da democracia e do emprego, e a atividade eleitoral. A luta social e política das massas sempre se constituiu num fator favorável à elevação do nível político nas campanhas eleitorais. O maior temor do Planalto é que a eleição municipal adquira um caráter plebiscitário quanto à aprovação ou não do governo FHC. A oposição pode ter um

resultado favorável, se conseguir maior unidade política e mais elevado nível de politização na campanha. Nos municípios onde a oposição aparecer com múltiplos candidatos, é preciso o estabelecimento de um “pacto de não agressão” durante o primeiro turno.

A 8ª Reunião Plenária do Comitê Central do PCdoB conclama à construção da Frente Democrática Popular como núcleo dirigente de um amplo movimento cívico em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho. Propõe estabelecer com os partidos da

Frente e com o Fórum Nacional de Lutas uma agenda de mobilização popular visando a construir o movimento em defesa do Brasil, com a defesa da palavra de ordem de “Fora FHC”, por um governo de reconstrução nacional das forças democráticas, patrióticas e populares. Advoga definir em conjunto com as forças oposicionistas um plano de lutas nacional em defesa da Petrobrás e de Furnas contra as suas privatizações e a realização de atos de denúncia da reforma política antidemo-

crática urdida pelos círculos governantes.

Procurar as formas de relacionar a mobilização do movimento em defesa do Brasil contra o governo de FHC com a batalha eleitoral é o desafio central, denunciando a brutal política neoliberal de arrocho fiscal dos municípios e conseqüente cortes dos gastos sociais, que agravam mais ainda as condições de vida da maioria da população em todos os lugares.

A tendência política atual é favorável à oposição. Um resultado positivo para a esquerda na batalha de 2000 vai depender de um trabalho muito grande, da possibilidade de concentrarmos forças. O PCdoB pode crescer muito nestas eleições. Isso depende de uma tática justa. Nosso objetivo é dobrar a bancada de vereadores e sermos ousados em ocupar espaços nas candidaturas majoritárias. Se a aliança de esquerda cresce, o Partido vai crescer também. Por isso não podemos subestimar o objetivo de fazer com que as forças de esquerda também tenham vitórias nessas eleições.

Mulher, agora são outros 500 – trabalho para todas

LIÈGEROCHA*

No 8 de março – Dia Internacional da Mulher – a metade feminina do planeta lançará a Marcha Mundial de Mulheres na perspectiva de criar um amplo movimento contra o projeto neoliberal, tendo como bandeiras principais a luta contra a pobreza e o combate a todas as formas de violência contra a mulher. O movimento já conta com a adesão de cerca de dois mil grupos, oriundos de 130 países.

De 8 de março até 17 de outubro do ano 2000, período de duração da Marcha, as mulheres denunciarão as desigualdades sociais, o crescimento do desemprego que leva um número cada vez maior de mulheres a buscar alternativas de sobrevivência no trabalho ter-

ceirizado, informal, precarizado, com baixa remuneração, sem garantia de direitos, gerando a “feminização da pobreza”. Também não nos calaremos frente à piora das condições de saúde, quando a AIDS atinge índices alarmantes entre as mulheres, quando direitos sociais, como a licença maternidade, são atacados, e quando a violência de gênero passa a ser encarada também como questão de saúde pública.

As mulheres estão com uma maior inserção no mercado de trabalho, atuando na esfera pública, espaço até então eminentemente masculino, e aumentaram e diversificaram sua escolaridade. Mas continuam com a dupla jornada de trabalho, responsáveis pelas tarefas domésticas e o cuidado dos filhos. Onde estão os



equipamentos sociais tão necessários à família?

A União Brasileira de Mulheres desencadeará no 8 de março a sua campanha para o ano 2000: “Mulher, agora são outros 500 – trabalho para todas”. É importante a participação da UBM nos fóruns unitários estaduais de preparação do 8 de março e de construção da Marcha Mundial de Mulheres. Também é prioritário o nosso empenho na estruturação da corrente emancipacionista para que possamos

melhorar e intensificar a nossa atuação no movimento em defesa do Brasil e na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Este é o texto do abaixo-assinado da Marcha Mundial das Mulheres:

2000 boas razões para marchar

Exigimos que a ONU e seus Estados membros tomem medidas concretas PARA:

- eliminar a pobreza e assegurar uma justa distribuição da riqueza mundial entre pobres e ricos, entre homens e mulheres;
- eliminar a violência contra as mulheres e assegurar a igualdade entre homens e as mulheres.

*Coordenadora nacional da UBM



Miranda: pré-candidato

Candidato em Belo Horizonte

O deputado federal Sérgio Miranda (PCdoB) anunciou a sua pré-candidatura à prefeitura da capital de Minas Gerais. A candidatura própria é uma das alternativas do PCdoB para as eleições nas capitais com o objetivo de sendo em Fortaleza, Manaus, Salvador e Rio de Janeiro.

Página 5

NACIONAL



Bancada comunista com o presidente do PCdoB, Amazonas (no centro)

O PCdoB no Congresso Nacional

FREDO EBLING JUNIOR*

Com apenas sete deputados, a bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados mostrou como a unidade em torno de uma política consequente torna prodigioso o trabalho de cada um de seus membros. Estes foram dos mais laborosos, tendo apresentado ao longo do ano que passou 256 proposições, sendo duas propostas de emenda à Constituição, 42 projetos de lei, um projeto de lei complementar, sete projetos de decreto legislativo, duas propostas de fiscalização e controle, um requerimento de instalação de CPI, três projetos de resolução da Câmara, 52 indicações e 146 requerimentos de informações.

Duas proposições de deputados comunistas foram aprovadas no Congresso e hoje são leis: o PL 4224/98 do deputado Aldo Rebelo, transformado na Lei nº 9956, de 12 de janeiro de 2000, que proíbe a instalação de bombas de auto-serviço nos postos de abastecimento de combustíveis, impondo sanções aos infratores; e o PL 553/99 do deputado Agnelo Queiroz, transformado na Lei nº 9812 de 11 de agosto de 1999 que institui multa e outras sanções, em reincidência, para os notários e oficiais de registro que se recusarem a cumprir a lei que assegura gratuidade na emissão de certidão de nascimento, atestado de óbito, entre outros documentos.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, DIAP, classificou 5 dos membros da bancada comunista entre "os 100 cabeças do Congresso".

Além de incontáveis pronunciamentos, há qde se destacar na **defesa da soberania nacional** o projeto-de-lei nº 1676/99 do deputado Aldo Rebelo que "dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa" e as denúncias do deputado Haroldo Lima sobre o processo de privatização das empresas estatais, bem como sua atividade na secretaria geral da Frente Parlamentar em Defesa do Brasil. **No resguardo dos direitos sociais** dos trabalhadores ressaltou-se a aprovação do projeto do deputado Aldo Rebelo que proíbe as bombas de auto-serviço nos postos de combustíveis, bem como a atuação da deputada Jandira Feghali na relatoria do PL 1527/99 na Comissão de Seguridade Social, quando apresentou um substitutivo ao fator previdenciário proposto pelo governo. Seu trabalho obrigou o recuo do governo em vários pontos do projeto amenizando, em parte, os prejuízos aos trabalhadores dele decorrente.

Já na **refutação às iniciativas antidemocráticas do governo**, os deputados do PCdoB empenharam-se na luta contra a reforma política logrando impedir que já valessem para 2000 as medidas restritivas à participação política das minorias, como a proibição de coligações e a cláusula de barreira. Também cabe dar vulto à questão-de-ordem levantada pelo deputado Sérgio Miranda que sugere a imediata promulgação da PEC nº 472/97, que limita a edição de Medidas Provisórias.

A **fiscalização dos atos governamentais** foi outra atividade onde sobressaíram os parlamentares comunistas. Na Comissão de Orçamento o deputado Sérgio Miranda denunciou insistentemente o descaso governamental com os problemas sociais e a prioridade que o governo Fernando Henrique dá ao pagamento de juros. Por sua vez, o deputado Agnelo Queiroz desenvolveu um acompanhamento minucioso da aplicação das ver-

bas orçamentárias, o que resultou num sem número de denúncias de uso indevido de verbas públicas. A deputada Vanessa Graziotin, em seu primeiro ano de mandato, é das mais ativas no acompanhamento da ação do governo, dos assuntos ligados à Amazônia e, em especial, na CPI dos Medicamentos.

O trabalho de fiscalização incluiu a contestação judicial de atos do governo. Foram impetradas nove Ações Diretas de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, com relevo para a que questiona a privatização de Furnas; outras nove Ações Populares com impugnações contra a privatização de Furnas, do sistema Telebrás e contra publicidade do governo; e duas defesas no Tribunal Superior Eleitoral contra representações do PSDB que queriam impedir a veiculação dos programas de TV e rádio do PCdoB, que foram vitoriosas.

No campo político, o PCdoB constituiu um bloco parlamentar com o PSB. A iniciativa potencializou a ação das duas bancadas, levando a que o PSB tivesse presença na Mesa da Câmara dos Deputados e o PCdoB, com o deputado Inácio Arruda, assumisse a presidência da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior. Pela primeira vez um comunista assumiu a presidência de uma Comissão Permanente. O trabalho à frente da comissão foi profícuo, tendo sido aprovados projetos importantes, como o chamado "Estatuto das Cidades", que estava há quase dez anos tramitando e não era votado. A Comissão realizou dois eventos que contaram com a participação de entidades, técnicos e especialistas das respectivas áreas, a "I Conferência Nacional de Saneamento" e a "I Conferência Nacional das Cidades".

A **solidariedade internacional** também foi motivo da preocupação dos comunistas com acento nas denúncias de agressão à Iugoslávia e ao Iraque, na permanente defesa de Cuba, na busca do aprofundamento das relações do Brasil com a China, na iniciativa de propor a criação de um Grupo Parlamentar Brasil-Vietnã, entre outras. O deputado Aldo Rebelo teve participação destacada no Parlatino (Parlamento Latinoamericano), onde assumiu a presidência da Comissão de Assuntos Trabalhistas e Previdenciários que já está elaborando, em parceria com a OIT, um Código Trabalhista e Previdenciário para a América Latina.

A Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados foi, também, importante espaço de reunião e **apoio aos movimentos sociais**. Os parlamentares do Partido participaram de todos os atos e manifestações promovidos por entidades de trabalhadores, estudantes, de moradores, sem-terra, mulheres, etc. com destaque para a "Marcha dos Cem Mil" e o lançamento do "Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho".

Ressaltou, neste ano de 99, a **presença dos parlamentares na mídia**. A base da ampliação da exposição na mídia foi a faina da bancada, mas contribuiu para tanto o início de um trabalho ativo de assessoria de imprensa. Assim, cresceu o respeito e o prestígio do PCdoB no Congresso. E tal desempenho é comprovação irrefutável de que, mesmo pequena, a representação comunista é ativa, dinâmica, lutadora e, por tudo isso, essencial para a democracia no nosso país.

*chefe-de-gabinete da liderança do PCdoB

Desafios da luta ambiental

JAVIER ALFAYA*

A degradação do meio ambiente afeta mais cruelmente os pobres, os trabalhadores e demais segmentos da sociedade vítimas do processo de exploração do trabalho, excluídos dos benefícios dos serviços públicos e de infra-estrutura. Os mais pobres ficam à mercê, tanto das catástrofes quanto de um cotidiano marcado pela incapacidade de resolver problemas recorrentes como desertificação, envenenamento das terras, as diversas formas de poluição no ambiente do trabalho, entre outros.

É um absurdo responsabilizar fundamentalmente os trabalhadores pela utilização de produtos químicos maléficos à natureza, em especial à saúde humana, como se tenta fazer nos discursos oficiais. Não é a classe operária nem o trabalhador rural que determinam, numa sociedade capitalista, as políticas públicas e as das empresas quanto à composição de seus produtos e as estratégias para forçar o consumo.

Erros graves

Até a década de 40 existia a idéia de que dispúnhamos de recursos inesgotáveis a explorar. Esta visão desmoronou. Tanto no capitalismo quanto nas experiências socialistas cometeram-se erros graves com base na necessidade de responder à concorrência e à disputa do espaço no mercado (no caso do capitalismo) e de atender emergencialmente problemas de escassez na produção (no caso do socialismo).

A discussão dos problemas ambientais influencia políticas públicas, a educação de novas gerações, o planejamento econômico, o desenvolvimento de tecnologia e de produtos limpos e saudáveis. Hoje a consciência ambiental é mais ampla e o tema integra o programa dos movimentos sociais.

Luta social

Inúmeras correntes políticas, governos e empresas, muitas vezes responsáveis por graves agressões e poluidores contumazes, aparecem na mídia defendendo o meio ambiente. É comum empresas destruidoras de matas inteiras apresentarem projetos de re-

planteio de uma espécie, anunciados como "política ecológica".

A temática ambiental não pode ser tratada fora do contexto econômico, político e social. O ambiente é pensado e trabalhado em uma perspectiva físico-biológico-social. Problemas como o desemprego, a fome, a pobreza, o êxodo rural, a favelização urbana e a violência devem estar no centro das políticas de sustentabilidade. Cabe aos comunistas transformar a defesa do meio ambiente em uma luta social. Revelar sua importância e sua conexão com todas as demais fontes de atuação.

Um problema de soberania

A ação de países imperialistas, como os EUA, visa outros interesses que não o patrimônio natural como fonte de desenvolvimento econômico e social a serviço do povo. O discurso acoberta planos de futura intervenção, controle de certas áreas de países soberanos, construção de enclaves sob seu domínio, patenteamento de produtos originários de espécies e animais de ambientes como a Amazônia.

Devemos defender nossos recursos naturais como um dos principais vetores da luta pela soberania nacional. A adoção, pelo governo FHC, da linha ditada pelo FMI e outras agências do sistema financeiro está sucateando o tímido sistema de órgãos vinculados ao meio ambiente. O Ibama está em plena decadência, enquanto os parques nacionais estão entregues à especulação, às queimadas, à ocupação irresponsável. O governo FHC é subserviente ao sancionar leis como a das patentes. E, mais grave, quando estimula ou é complacente com a produção e a comercialização de produtos transgênicos. A ação agressivamente predadora contra o potencial do nosso grande patrimônio natural é decorrente da ausência do papel fiscalizador do Estado e do estímulo à expansão dos negócios a qualquer custo.

É sobre todas estas questões que os comunistas devem se debruçar para inserir-se com destaque na luta ambiental em curso no nosso país.

*arquiteto, vereador pelo PCdoB em Salvador/BA

UJS reforça política de formação

FÁBIO PALÁCIO*

Uma das mais importantes atribuições da União da Juventude Socialista é a de funcionar como uma "escola", formando teórica, ideológica e politicamente as futuras gerações de socialistas. A UJS decidiu colocar como o centro de seu X Congresso a elevação do nível ideológico de sua militância.

Realizados de forma bem sucedida há mais de uma década, os cursos de verão da UJS têm jogado importante papel para a concretização desse objetivo. Neste ano, algumas novidades foram introduzidas em nossa política de formação. A principal delas é a realização dos cursos regionais, que acontecerão no final de fevereiro.

Foi realizado o curso nacional, tendo como público alvo a direção nacional e as executivas estaduais da UJS, além de nossos coletivos nas diretorias da UNE e na Ubes. O curso foi seguido de um encontro de universitários e outro de secundaristas, com o objetivo de debater nossa política para o movimento estudantil. Mais de 100 pessoas passaram pelas atividades nacionais (curso e encontros).

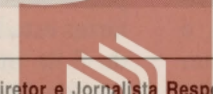

Sem a capacitação ideológica de nossa militância, ficamos expostos ao risco da acomodação, do burocratismo ou mesmo da defensividade no debate com as correntes pequeno-burguesas que combatem a força mais consequente da juventude brasileira.

*diretor de formação da UJS

Comunistas discutem comunicação e propaganda

O PCdoB realizou ativo de comunicação de 3 a 5 fevereiro, em São Paulo. Participaram 18 Estados e 40 comunistas. Discutiu-se a elaboração dos conteúdos e a forma da propaganda, os instrumentos nacionais e a troca de experiências de campanha eleitoral. O ativo foi dividido em

três momentos. No primeiro foi debatido o conteúdo da nossa propaganda. O segundo momento tratou do sistema nacional de agitação e propaganda. No terceiro momento foram abordadas as plataformas urbanas, a legislação e experiências sobre as campanhas eleitorais.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9813/SP) - Editoria: Luiz M. Cabral, Vera Lúcia, Editora Eletrônica: Sandra Luiz Alves. Administração: Francysrose, de Andrade Matarazzo. Publicação mensal da Empresa Brasileira de Editoria e Imprensa Ltda. - Rua do Comércio, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 0 11 3106 0412 - PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

NACIONAL

Trôpego equilíbrio

INÁCIO ARRUDA*

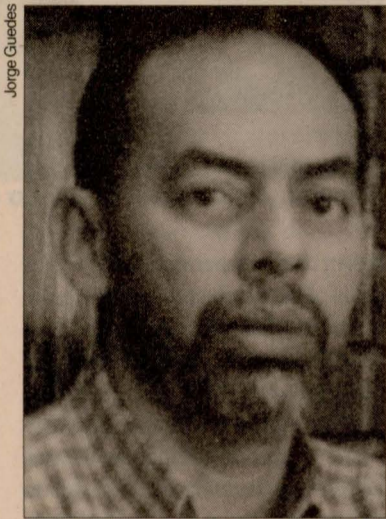
A convocação extraordinária do Congresso Nacional disse a que veio: assegurar garantia absoluta aos credores financeiros (em bom português, aos agiotas internacionais) de que é sólida sua régua remuneração, mesmo que nenhum centavo seja investido na economia do país. Feita de acordo com a agenda do Fundo Monetário Internacional (FMI), a pauta de votações destacou, sob o pano místico do equilíbrio das contas públicas, as proposições articuladas que efetivam o saque do Brasil, chutando para o espaço a reforma tributária e enrijecendo em lei a atual política econômica, com o apoio da maioria governista subserviente a esses propósitos.

O governo Fernando Henrique logrou, primeiro, o confisco de 20% do Orçamento Geral da União (OGU), com a PEC que cria a Desvinculação de Receitas da União (DRU) para garantir os R\$ 28, 6 bilhões do superávit primário acertado com o FMI. O DRU, que é inconstitucional também porque se transforma num novo tipo de tributo, substituiu o Fundo de Estabilização Fiscal, oferecendo nova roupagem a uma velha fraude. Recursos amarrados às áreas sociais poderão ser utilizados no pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública.

Inconstitucionalidade

As receitas do FPE, FPM e fundos regionais persistirão afetadas, pois a desvinculação é calculada sobre a participação dos Estados e municípios, reduzindo em muito as parcelas liberadas. Os fundos para Educação e Saúde, e outros com destinações sociais, terão as perdas de praxe: 20% de suas receitas. O INSS sofrerá, como antes, o maior rombo: cerca de R\$ 12,5 bilhões anuais. Para fechar a conta acertada com o FMI, o governo ignora a Carta Magna: as inconstitucionalidades marcam todo o texto da DRU.

Desde 1996, encargos com Saúde e Educação têm sido repassados para os municípios, determinando inclusive vinculações de receitas para programas nessas áreas. Sem contrapartidas financeiras para as perdas globais no Orçamento, crescem as dificuldades orçamentárias e a precariedade desses serviços públicos. Os mecanismos das desvinculações, desde a imperiosa agenda da dívida, contribuem para a diminuição gradual das transferências voluntárias da União, já que o governo fica desobrigado dessas despesas. Em 94, mesmo com os efeitos do famigerado Fundo Social de Emergência, as transferências constitucionais repre-



Inácio: "FH obedece ao FMI"

sentavam somente 19% da receita tributária da União. Em 2000, serão apenas 14,9%.

Em seguida, o governo aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), também inconstitucional, que não vai limitar nenhuma farra com o dinheiro público ou impor limites à corrupção, pois amplia os gastos financeiros: os governos podem se endividar, especialmente a União. Quem rouba poderia ser punido mediante leis já existentes. A LRF impede que novos programas sociais sejam financiados com uma maior arrecadação derivada do crescimento econômico ou de uma coleta mais expressiva de tributos. Trata apenas de metas fiscais, congela gastos sociais, impede a renegociação de dívidas e leva à agonia do Pacto Federativo.

Recessão

Doravante, será possível enquadrar no Código Penal o prefeito ou governador que não demitir servidores, não reduzir os gastos sociais ou não pagar dívidas junto aos bancos. Mas não será possível fazer o mesmo com o presidente da República e sua equipe econômica que até agosto do ano passado acumularam no Banco Central um prejuízo de R\$ 23 bilhões derivado da atual política cambial e monetária. Estes, agora, contam com a LRF para alegrar seus agiotas.

É um autêntico compromisso com a recessão e com a ciranda financeira, delimitando a atividade econômica à iniciativa centralizada no governo federal. Nas circunstâncias, é a paralisia do país e de sua economia, marcada pela mais elevada taxa de desemprego da história republicana. O endividamento continuará crescendo, pois não depende de gastos fiscais. Ocorre que este mesmo país, que jamais viu tão exorbitante taxa de juros, não estará mansamente deitado em berço esplêndido se a sobrevivência de seu povo passar a depender de um tiro de misericórdia.

*deputado federal (PCdoB/CE) e presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados

O último reduto da tecnologia nacional

ALDO REBELO*

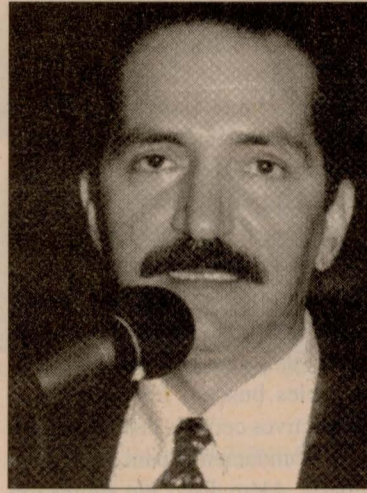
A venda de 20% das ações ordinárias da Embraer, empresa fabricante de aviões genuinamente brasileira e líder mundial no mercado de jatos regionais, para quatro empresas francesas esquentou o debate em torno da desnacionalização da indústria brasileira.

Pesquisa da consultoria Price Waterhouse Coopers revelou que, depois do Real, o número de empresas brasileiras cujo controle passou para as mãos do capital estrangeiro aumentou 498% em relação à primeira metade da década. De 1995 para cá ocorreram 1.233 operações de fusões e aquisições nas quais o capital estrangeiro adquiriu o controle ou comprou participação em empresas de capital nacional.

As aquisições estão ocorrendo em todos os setores de atividade econômica. O caso da Embraer chama a atenção, entretanto, porque se trata de um empresa de alta tecnologia e de interesse estratégico para o Brasil.

Até ser privatizada, em 1995, a Embraer fazia parte do complexo aeronáutico criado pelo governo brasileiro, na cidade paulista de São José dos Campos, que incluía, além da própria empresa, o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). De lá saíram importantes projetos de aeronaves, foguetes e satélites que possibilitaram ao país adquirir reconhecimento mundial no setor aeroespacial.

Esse esforço estava fundamentado no entendimento de que era necessário alcançar independência tecnológica para a obten-



Aldo: "soberania em jogo"

ção dos equipamentos e dos armamentos básicos para as Forças Armadas, sem que isso envolva a dependência de fornecedores externos que possam cortar os suprimentos rapidamente por decisão de seu governo. Em 1982, por exemplo, quando a Argentina entrou em guerra com os britânicos pelas ilhas Malvinas, os franceses cortaram o suprimento de armamento vital para o país sul-americano, como o míssil Exocet, também usado pelo Brasil.

O que está em jogo é muito mais que isso. Com o processo de abertura econômica iniciado no governo Collor e levado ao extremo por FHC, assistimos não só à desnacionalização da indústria brasileira mas também à degradação de nossa pauta de exportações. O Brasil depende cada vez mais da venda de produtos agrícolas e commodities de baixo valor agregado para obter divisas para comprar produtos de maior conteúdo tecnológico.

Tal fato ocorre porque as empresas multinacionais que dominam o setor produtivo brasileiro estão de olho fundamental-

mente no mercado interno e não têm nenhum interesse em competir com suas matrizes nos mercados externos. Também estão muito pouco interessadas em transferir conhecimento e capacitação tecnológica para a economia local.

A desnacionalização de uma empresa de alta tecnologia vai em sentido oposto à tendência atual, na qual os países, confrontados com a crescente globalização da produção, buscam especializar-se em produtos e setores mais modernos, de maior conteúdo tecnológico, maior valor agregado e cujo crescimento das exportações mundiais esteja acima da média, como forma de evitar restrições externas ao seu crescimento econômico.

Nesse quadro a Embraer é uma das poucas exceções. É a única empresa detentora de uma tecnologia de produção genuinamente nacional com participação expressiva no disputado mercado mundial de alta tecnologia. Está entre os dez maiores exportadores brasileiros e é o único que gera um superávit comercial expressivo em suas relações comerciais com exterior.

O governo alega que a associação com o capital estrangeiro dará acesso à empresa a novas tecnologias e novos mercados. Da forma como o processo está sendo conduzido, entretanto, o mais provável é que ocorra o inverso. A Embraer corre o sério risco de transformar-se em mera montadora de aviões e, tal como ocorre na indústria automobilística, as decisões estratégicas de pesquisa, desenhos e novos projetos provavelmente serão tomadas no exterior.

*deputado federal (PCdoB/SP)

Autoritarismo de FHC

JANDIRA FEGHALI*

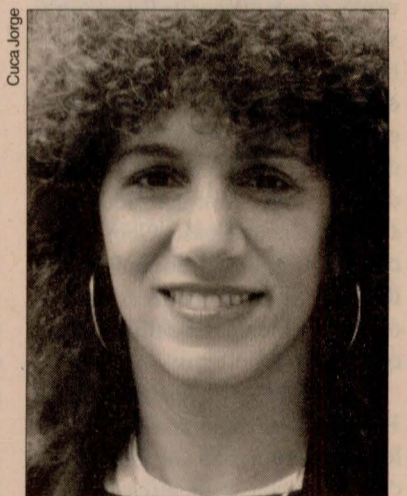
O instrumento da Medida Provisória é uma prerrogativa do presidente da República a ser usado para medidas de "urgência e relevância" com força de lei. Além disso, estas medidas devem ser submetidas de imediato à apreciação do Congresso. A não conversão em lei, no prazo de 30 dias, acarreta a perda de sua eficácia.

Mas ao longo dos anos, as MPs foram se transformando em um instrumento de exceção, abuso de autoridade, desprezo ao Legislativo. No período de 1985 a 1989, o presidente José Sarney editou 147, uma média de 3 por mês. No governo de Fernando Collor, entre 1990 a 1992, foram 160, o que corresponde a uma média mensal de 6,66. Já Itamar Franco, de 1992 a dezembro de 1994, assinou 505 MPs, ou seja, 21 por mês.

Mas quem realmente tem abusado de edição e reedição de MPs é o governo de FHC. Nos primeiros quatro anos de mandato, foram 2.634, média mensal de 54,8. Depois de reeleito, a média foi de 91,7, totalizando, só em 1999, cerca de 1.101.

O Decreto Lei foi transformado em instrumento jurídico no Estado Novo, em 1937. Deixou de existir com a redemocratização do país, em 1946. As Constituições de 67 e 69 voltaram a autorizar o presidente da República a editar atos com força de lei e vigência imediata. A Constituição de 88 incluiu esse resquício de autoritarismo em seu texto com a Medida Provisória.

Hoje, as Medidas Provisórias são utilizadas de forma constante e irrestrita, reeditadas, em sua quase totalidade, já que, propositalmente, não há tempo para sua apreciação em 30 dias pelo Congresso. As MPs são usadas para fins que não preenchem os requisitos estabelecidos na Constituição. Os exemplos vão da Instituição de Taxa de Serviços Administrativos em favor da Zona Franca de Manaus até uma que dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário. Mas não para por aí. As MPs têm sido usadas para reintroduzir matérias já derrotadas no Congresso. Um exemplo flagrante foi a cobrança da contribuição previdenciária dos inativos, matéria rejeitada mas novamente estabelecida por meio de MP.



Jandira: "governo autoritário"

A resitência ao excesso de MPs é antiga. Em 1997, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Celso Mello, julgou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o uso de medidas provisórias e afirmou que era necessário "iniciar um processo de reação institucional contra o uso excessivo de medidas provisórias".

A MP é uma forma disfarçada dos decretos-lei usados durante o autoritarismo. Limitar seu uso é uma forma de fazer o Executivo respeitar os outros poderes.

*deputada federal (PCdoB/RJ)

ESPECIAL

EXITOSO PLANO DE ESTRUTURAÇÃO PARTIDÁRIA

Em sua 5ª reunião, logo após as eleições de 98, o Comitê Central aprovou o Plano de Estruturação Partidária para 99. Procurava dar consequência à orientação do 9º Congresso, realizado em outubro de 97, sintetizada na consigna de "Cuidar mais e melhor do Partido". Visava a elevar o nível de direção consciente e avançar no sentido de superar o espontaneísmo que, em certa medida, tem marcado o trabalho de construção partidária. Por fim, buscava diminuir o descompasso existente entre a construção do Partido no terreno político e sua construção ideológica e orgânica.

Em agosto de 99 o CC avaliou a primeira fase do plano, redimensionou metas e diretrizes. Agora trata de avaliar o conjunto do Plano encerrado, retirar as lições pertinentes e fixar algumas indicações para o Plano de 2000.

O Plano de estruturação foi concebido como um momento da construção partidária, que se submete e serve à atividade política do Partido; integrado por quatro frentes interdependentes: organização, formação, propaganda e finanças; como um todo composto de objetivos e metas nacionais que se desdobram em planos estaduais elaborados, executados e controlados pelos comitês estaduais, peças fundamentais para o desenvolvimento do Plano. O objetivo central foi o de fortalecer e ampliar os comitês municipais e distritais e, através deles, fortalecer e ampliar as organizações de base do Partido.

Como conjunto, o Plano de Estruturação Partidária de 1999 foi positivo e talvez seu maior mérito tenha sido que o CC e as direções estaduais e municipais do Partido elevaram sua consciência sobre a necessidade e a possibilidade de cuidar mais e melhor do Partido através de um planejamento concreto; de que, para jogar um papel político mais destacado, não há outro caminho para o PCdoB que não o de fortalecer seus comitês intermediários e ampliar organizadamente sua militância de base. Com a execução e o controle do andamento do Plano pode-se conhecer melhor o Partido. Ficam mais nítidos suas qualidades e defeitos.

Em 1999 foram filiados cerca de 19 mil novos camaradas, parte deles já incorporados ao sistema nacional de cadastramento, que atinge 34 mil nomes. Quatro mil pessoas pediram ingresso pelo sistema telefônico do 0800, sendo 1.600 só de São Paulo. O fato reflete interesse e aceitação das propostas políticas dos comunistas.

Até o mês de julho de 99 foram realizadas 650 conferências municipais, que mobilizaram 21500 camaradas nas Assembléias de Base. Na grande maioria delas se discutiu a situação política do país e local, bem como a estruturação partidária. A essas se somam cerca de outras 350 direções municipais, eleitas em conferências ou provisoriamente nomeadas, no segundo semestre. Isso possibilitará que o Partido lance candidatos em aproximadamente 1000 municípios nas próximas elei-

ções. Foram eleitos cerca de 6500 dirigentes municipais e 720 distritais. O Partido está presente em 80% dos municípios com mais de 200 mil habitantes. Convém destacar ainda que comitês municipais de importantes cidades conseguiram avançar bastante. É o caso São Paulo, Fortaleza, Manaus aos quais se somam os CMs mais novos de Belo Horizonte, Rio de Janeiro (capital), Salvador, Belém e Natal. Todos eles buscam fortalecer seus respectivos comitês distritais como apoio fundamental para a ação partidária. Além disso, em alguns Estados tornou-se necessária a criação de mecanismos que facilitem e melhorassem a relação das direções estaduais com as municipais. Isso tomou forma variada, coordenações por região do Estado, sempre com a presença dos membros do CE daquela área, reuniões com presidentes de CMs de todo o Estado, plenárias por regiões do Estado com representantes dos CMs daquela área etc. Revelaram-se mecanismos de utilidade.

As 26 Conferências Estaduais realizadas em julho passado elegeram 825 dirigentes estaduais. O perfil desses quadros, baseado em 652 questionários respondidos, indica que 75% deles são do sexo masculino. Média de idade de 40 anos, 13 anos de militância. Ou seja, entraram no Partido após a legalização. Oito anos como dirigentes, provêm de estratos médios da população e têm renda superior a 10 salários mínimos. 70% deles dirigem algum tipo de entidade de massa e metade deles possui algum tipo de liberação pelas próprias entidades ou pelo Partido. Em média já adquiriram uma razoável formação marxista, têm bom nível de informação geral e possuem alto índice de escolaridade.

O Plano de Estruturação de 1999 teve como um de seus pontos altos a atividade de formação. Foram ministrados 146 cursos de norte a sul no Brasil, envolvendo 1850 dirigentes intermediários e 850 militantes, num total de 2700 camaradas. Cursos com um novo conteúdo unificado e execução descentralizada apoiada em mais de 300 professores, membros do CC e dos CEs basicamente. O esforço de formação concretizou-se também no vídeo voltado para a militância. Já estão prontos 3 de seus 4 módulos. Publicou-se resumos de obras clássicas do marxismo feitos por dirigentes do Partido. Tudo isso representa um ganho na formação teórica dos comunistas, o que dá um caráter mais sólido à sua opção revolucionária.

Durante 99 o jornal *A Classe Operária* teve sua tiragem aumentada de 8 mil para 12/13 mil exemplares. Dos membros do CC, 31 escreveram artigos para o jornal nesse período. Porém, a redação do jornal sofreu desfalques importantes recentemente. A revista *Princípios* conseguiu cerca de 1000 novas assinaturas em 99. A grande novidade da propaganda partidária em 99 foram as inserções de TV que, combinadas com os dois programas de 10 minutos, tiveram

grande repercussão entre a população. A Comissão formada para escrever a proposta de história do Partido realizou recentemente um primeiro Seminário sobre o assunto, já tem um acúmulo razoável no que se refere a obras e materiais, roteiro, periodização e método, bem como já produziu análises preliminares dos períodos iniciais da vida do Partido.

As finanças continuaram a ser o maior obstáculo da estruturação em 99. Pode-se argumentar com a necessidade de discussões mais amplas no Partido sobre a questão, ou com a necessidade de um controle maior por parte da direção, mas a situação das finanças do Partido revela um problema ideológico de maior gravidade. A baixa arrecadação tem prejudicado as outras frentes que, como se disse, são interdependentes. A direção nacional teve de fazer importantes cortes em sua estrutura. A CNF (Comissão Nacional de Formação) ficou praticamente sem capacidade operacional. E isso ocorre também em Estados importantes. Em Minas a segunda fase do Plano ficou comprometida por falta de recursos mínimos.

Algumas conclusões

O Plano de Estruturação Partidária de 1999 teve o mérito de despertar o coletivo partidário para a importância de direções intermediárias mais fortes, de bases estruturadas como organizações políticas e como centros de vivência; da formação que conjugue os princípios do marxismo com problemas atuais do socialismo, do capitalismo e de Partido; de abrir a discussão para a necessidade da contribuição financeira militante como suporte fundamental das atividades partidárias e como reveladora do compromisso ideológico do comunista para com seu Partido. E por tudo isto possibilitou vincar mais vivamente no Partido, a começar pelas suas direções, as atitudes básicas do comunista: militar, divulgar, contribuir e estudar. Assim, representou um momento de elevação do nível de consciência partidária.

O Plano foi uma novidade bem aceita mas, como tal, para transformar-se em algo concreto, teve de remover idéias, costumes e posturas que não mais se adequavam à situação. Isso não se faz da noite para o dia. Para prosseguir o trabalho não há outro método que não o da luta ideológica, da crítica e autocrítica. Nesse sentido se coloca a necessidade de um envolvimento ainda maior dos membros do CC, dos comitês estaduais e demais dirigentes do Partido para com as tarefas concretas de sua estruturação. Também, a necessidade de compreender melhor o equilíbrio que deve existir entre a atividade política e as atividades de estruturação, desenvolvendo múltiplas tarefas ao mesmo tempo. Por exemplo, a mobilização para aquela que foi a maior e mais destacada atividade política do Partido em 99, a Marcha dos 100 mil em Brasília, foi ajudada pelo Plano de estruturação em curso. Há ainda a necessidade



Experiência positiva do Plano de 99 será reforçada em 2000

de um controle permanente por parte da direção partidária do andamento do Plano, pois houve uma queda visível de ritmo entre a primeira etapa, que foi até as conferências de julho, e a segunda etapa até o fim do ano. A conjugação desses fatores aponta para a necessidade de elevação do nível do trabalho de direção.

Perspectivas para 2000

O Plano do ano 2000 procura dar seqüência ao de 99, leva em consideração os resultados já alcançados e se submete às particularidades da campanha eleitoral municipal. Busca o equilíbrio entre estruturação partidária e atividade de campanha propriamente dita, como elementos que se complementam e não se excluem. Visa a superar a prática corrente que subestima a estruturação do Partido em períodos eleitorais. Em outras palavras, visa a elevar o nível da estruturação partidária durante a campanha eleitoral. O Plano atual, pela particularidade política do ano 2000, terá maior ou menor sucesso se as direções estaduais do Partido, após terem estabelecido seus planos próprios, com prioridades, metas, recursos etc. no nível do seu Estado, souberem descentralizar, desdobrar o plano para os municípios. Vale dizer, todo o plano depende do planejamento, execução e controle por parte dos CMs. Por sua parte, os quase 2 mil candidatos que concorrerão pela legenda do Partido Comunista devem estar imbuídos da idéia de que sua tarefa não se limita a pedir votos para si e que devem se colocar também como construtores do Partido.

Elementos Indicativos

■ Avançar na **estruturação**, fortalecer, dar solidez a um número maior de CMs através da campanha eleitoral. Não deixar que eles se dissolvam, mas fazer com que assumam o papel preponderante de organismos dirigentes da campanha. Todos os comitês municipais devem organizar e dirigir as bases do Partido durante a campanha eleitoral. Onde os CMs são provisórios, trabalhar no sentido de que se transformem em definitivos nas conferências municipais de junho.

■ Organizar o maior número de bases possível, com novos filiados e com filiados ainda desorganizados, fazendo com que cada uma tenha como atividade central a campanha eleitoral, mantendo a consigna de "nenhum comunista sem Organização de Base".

■ Planejar a **filiação** com base nos resultados do Plano de 99 e de acordo com o volume da campanha eleitoral.

■ Continuar com a **propaganda** dos materiais centrais do Partido, como *A Classe Operária* e a revista *Princípios*, conjugando-os com os materiais dos candidatos. Aproveitar ao máximo o programa e as inserções no Partido, no rádio e na TV que irão ao ar em março e junho.

■ Utilizar o vídeo como peça fundamental da **formação** da militância e como instrumento para a estruturação das Organizações de Base adotando a consigna "nenhuma OB sem curso básico". Continuar com os Cifformas adaptados voltados para dirigentes dos CMs e dos CDs. Buscar reestruturar a Comissão Nacional de Formação.

■ Persistir no esforço de incluir de imediato todos os dirigentes estaduais do Partido no Sistema Nacional de **Contribuição Militante** conforme resolução do CC. Trabalhar para incluir um número maior de dirigentes municipais e distritais no mesmo Sistema. Discutir, sob o prisma ideológico com todo o Partido, inclusive com suas bases a necessidade da contribuição financeira militante.

■ Iniciar imediatamente o processo de mobilização partidária, reuniões e assembléias de base e conferências distritais visando as **conferências municipais** que se realizarão entre 10 e 30 de junho próximo. Necessariamente esse processo deve conter o quadro político e as eleições, bem como a estruturação partidária.

■ De acordo com esses parâmetros, a Comissão Política do CC, as comissões auxiliares de Organização, Finanças, Propaganda e Formação, e os comitês estaduais deverão trabalhar para que até o final de fevereiro estejam fechadas as metas mais precisas do Plano.

São Paulo, 30 de janeiro de 2000

Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

SOBRE AS COMEMORAÇÕES DOS 500 ANOS DE BRASIL

Promover em conjunto com outras forças democráticas e patrióticas eventos comemorativos dos 500 anos do início da formação da nacionalidade brasileira e elaborar documento sobre os 500 anos do Brasil.

Centro de Documentação e Memória
São Paulo, 30 de Janeiro de 2000
Fundação Maurício Grabois
Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

ESPECIAL

ELEIÇÕES 2000: BATALHA POLÍTICA FUNDAMENTAL

Na atualidade o Partido Comunista do Brasil está empenhado na realização de duas tarefas fundamentais que se relacionam: 1. A intervenção política, cujo centro encontra-se na firme e decidida oposição ao governo FHC e 2. O trabalho de construção partidária que, neste ano, consistirá na aplicação do II Plano Integrado de Estruturação Partidária para 2000.

Nossa ação política manifesta-se através da consolidação e ampliação da Frente Democrática e Popular, tendo em vista a construção de um movimento cívico em defesa do Brasil, e do continuado esforço para levar adiante a mobilização e a organização popular. Ao mesmo tempo, devemos começar a definir objetivos e tomar iniciativas preparatórias visando a participação do Partido nas próximas eleições municipais.

Tendência eleitoral pode ser favorável à oposição

1. O pleito eleitoral abará todos os municípios do país. Cerca de 90 milhões de eleitores comparecerão às urnas. Ele se reveste de importância política decisiva porque compreende a luta eleitoral de base, a participação das lideranças mais próximas do povo, a escolha de prefeitos das cidades mais importantes em todos os Estados. A partir de então, se definirá o potencial de cada Partido, delineando a correlação de forças para a eleição geral e presidencial de 2002. Cabe ao Partido compreender a dimensão dessa luta política, definindo justa orientação e medidas, considerando principalmente a possibilidade de acúmulo de forças políticas e organizativas que esse tipo de pleito permite.

2. No pleito deste ano, o maior temor do Planalto é que o embate adquira um caráter plebiscitário quanto à aprovação ou não do governo FHC. A tendência eleitoral nos municípios pode tornar-se favorável à oposição, desde que ela consiga uma maior unidade política e eleve ainda mais o nível de politização nas eleições. Nos municípios onde a oposição aparecer com múltiplos candidatos, é preciso o estabelecimento de um "pacto de não agressão" durante o primeiro turno, fortalecendo a luta comum contra o inimigo maior. Somente assim o pleito municipal poderá resultar em derrota para as forças defensoras do governo FHC e acúmulo de força política para o lado oposicionista, tendo em vista as maiores batalhas futuras.

Objetivos e nível da batalha eleitoral municipal

3. Diante da particularidade do curso político em andamento e conforme o estágio atual de construção partidária, pode-se situar quatro objetivos fundamentais a serem perseguidos pelo Partido nas próximas eleições. **Primeiro**, estender a sua representação política, dobrando o contingente de vereadores eleitos em 1996 e ocupando onde for possível posições nas elei-

ções majoritárias de prefeitos e vice-prefeitos. **Segundo**, crescer a militância, elevando e estendendo a organização partidária, ampliando a ligação do Partido com as massas populares. **Terceiro**, derrotar, no âmbito de cada município, as forças políticas apoiadoras do governo FHC. **Quarto**, contribuir para a unidade e a vitória nas eleições municipais das forças oposicionistas, democráticas, patrióticas e populares e elevar a nossa participação e experiência em governos democráticos e populares.

4. Os objetivos expostos são possíveis de serem alcançados. Das eleições municipais de 1992 para as realizadas em 1996, o Partido conseguiu dobrar o número de vereadores eleitos, numa conjuntura política menos favorável à oposição do que a vivenciada atualmente. Também o crescimento da influência política partidária e a consolidação de lideranças em vários municípios importantes propiciam maiores possibilidades para o lançamento de candidaturas viáveis a prefeito e vice-prefeito em determinadas capitais e cidades do interior. Ademais, comparando-se com o período referente ao ano de 1996, o Partido hoje ampliou o seu contingente, expandiu-se pelo interior, apesar de ainda estar pouco estruturado em municípios pólos (dos 652 municípios onde o Partido realizou suas Conferências Municipais, metade são micro cidades, com menos de 20 mil eleitores). Recentemente cresceu em todos os Estados o número de filiados e aderentes ao Partido. Portanto, o ambiente político tornou-se mais favorável para o crescimento eleitoral partidário. Além disso, o Plano de Estruturação em andamento vem revertendo a concepção espontaneísta que prevalecia na construção partidária, resultando em maior elevação do nível orgânico e de planejamento do Partido.

5. Entretanto, para se alcançar os objetivos propostos não é suficiente que existam condições mais favoráveis. Torna-se essencial para a vitória a definição de justa orientação a seguir no próximo pleito, a qual deve estar baseada na dimensão da força eleitoral e na capacidade de intervenção política partidária atual, comparada com a de outros partidos concorrentes, e no tamanho dos quocientes eleitorais a serem alcançados nas eleições de 2000 (quocientes e linhas de corte deverão ter elevado crescimento em relação a 1996, em especial nos municípios que passarão a ter votação eletrônica).

6. Deve-se levar em conta a trajetória eleitoral do Partido desde 1996. Comparando-se o quociente eleitoral dessa época em cada cidade, a conclusão é que foi possível ao Partido eleger vereadores apenas nos quatro municípios dos 50 em que lançou nominatas próprias (Quissamã/RJ, Angra dos Reis/RJ, Parasi/SP, Jaú/SP) e mais Manaus/AM, e ficou próximo somente em Fortaleza/CE e Goiânia/GO. Esta comparação com a força eleitoral de 1998 (levando-se em conta os votos de deputados federais), consi-



Direção comunista discute tática para as eleições de 2000

derando-se evidentemente as características próprias das eleições de 1998 que são distintas das eleições municipais, indica que se pode eleger vereadores com quociente eleitoral próprio apenas nas seguintes capitais: Fortaleza/CE, Manaus/AM, Florianópolis/SC, Salvador/BA, Goiânia/GO e, de certa maneira, poder-se-ia ficar próximo em Belo Horizonte/MG e Rio de Janeiro/RJ. Além disso, poderia atingir-se quociente eleitoral próprio nas seguintes cidades: Xanxerê/SC, Floriano/PI, Maracanaú/CE, Caicó/RN, Caucaia/CE, ficando próximos em Anápolis/GO e Itapipoca/CE. Pode-se afirmar também que esse universo de municípios que indicam alcance do quociente eleitoral próprio pode ser ampliado, se se considerar na realidade presente algumas cidades em que há possibilidade de apresentar um número mais vasto de candidatos a vereador, realizando ao mesmo tempo forte propaganda na legenda do Partido. Porém, mesmo assim, esse universo não se estenderia muito e em várias cidades nas quais poderíamos eleger mais de um vereador por meio da coligação proporcional, com nominatas próprias, dificilmente atingiríamos esse patamar. Os quocientes eleitorais a serem atingidos nas cidades chegam a níveis elevados nas eleições de 2000 (cerca de 100 mil em São Paulo, 70 mil no Rio de Janeiro, 30 mil em Belo Horizonte etc.).

Orientação para as eleições municipais de 2000

7. Em suma, diante das reais condições políticas e eleitorais do Partido e admitindo projeções mais realistas, o Partido encontra-se num estágio de correlação de forças que não permite ainda a apresentação de candidaturas próprias a prefeito ou alcançar quociente eleitoral próprio como regras gerais. Assim, a orientação a ser seguida nas eleições de 2000 deve ter o seguinte delineamento:

a) lançar candidaturas a vereador (pré-candidatos) no âmbito de cada município, buscando estabelecer coligações progressistas, democráticas e populares, concentrando toda votação partidária em um ou poucos candidatos. Neste último caso, estabelecer prioridade, visando garantir a eleição daquele que reúna melhores condições de vitória. Escolher dentre os partidos coligados para prefeito a composição que permita uma "linha de corte" mais favorável a fim de eleger os candidatos do Partido (a lei 9504/97 está mantida e permite a forma

de coligação parcial dentro de uma mesma coligação);

b) lançar candidaturas a prefeito e vice-prefeito onde seja possível contribuir para a unidade da Frente Democrática e Popular ou, caso não haja possibilidade de formar a Frente, servindo a candidatura majoritária do Partido para a constituição de coligações parciais, ou ainda no caso de não existir nenhuma condição de concretizar coligação proporcional; apresentar nominatas próprias de vereadores do Partido, tendo como centro uma candidatura majoritária partidária ou de outro partido aliado, conforme as condições específicas e, neste caso, empreendendo forte campanha na legenda do PCdoB (número 65).

8. A política de realizar as coligações proporcionais e concentrar as candidaturas de vereadores em termos gerais ainda desempenha a função mais eficaz de acumulação de forças. Na concretização das coligações deve-se manter a independência partidária, estabelecendo-se condições que correspondam aos nossos interesses. A fisionomia do Partido deve ser preservada, utilizando-se todos os meios de divulgação no pleito municipal para anunciar nossas palavras de ordem e debater nossas idéias e propostas com os eleitores.

9. Em sintonia com as principais tendências que se manifestam no quadro político atual, o Partido deve intervir na mobilização do povo levantando as três grandes bandeiras que sintetizam os mais importantes anseios de mudança da maioria da população brasileira – defesa do Brasil, da democracia e do trabalho –, juntamente com os temas mais urgentes, produtos do impacto da política neoliberal na estruturação das cidades. Os problemas mais reclamados pelo povo no âmbito dos municípios grandes, médios e pequenos devem ter destaque relevante na plataforma dos candidatos do Partido. O debate eleitoral porém não deve se fixar apenas nas questões locais mas, ao mesmo tempo, desmascarar suas causas e origens como conseqüências do modelo político dominante, manifestando uma posição de denúncia, com base na situação concreta, não deixando de apresentar nossas propostas de mudanças.

10. A política de alianças do Partido para o período atual – conjunção de forças e tendências contra a política neoliberal do governo de FHC, tendo em seu núcleo a Frente Democrática e Popular – deve ser aplicada considerando-se as características das eleições mu-

nicipais. Dificilmente poderíamos estabelecer uma coligação preferencial com determinado partido em plano nacional ou até mesmo nos marcos da maioria das regiões do país, porque a realidade política é bastante desigual e diferenciada entre os vários municípios de um mesmo Estado. Devemos celebrar coligações, prioritariamente, com os partidos da Frente mas, conforme a particularidade de cada município, proceder a alianças mais alargadas com setores políticos progressistas e de oposição.

O plano eleitoral estadual

11. O emprego da orientação do Partido para as eleições de 2000 em cada Estado deve se traduzir em um **Plano Eleitoral** elaborado pelo comitê respectivo, que se norteie pela linha estabelecida pela direção nacional, levando em conta a realidade específica de cada município, considerando-se ainda os seguintes aspectos:

a) lançar candidatos a vereador em todos os municípios em que o Partido tenha CMs;

b) apresentar candidatos às eleições majoritárias – prefeitos e vice-prefeitos – seguindo a linha da orientação apresentada; nas capitais em que o Partido lançar candidato próprio a prefeito, ou apresentar nominatas próprias, a direção nacional definirá uma forma especial de acompanhamento;

c) eleger vereadores nas capitais – consolidar as posições conquistadas ou ampliá-las em São Paulo, Fortaleza, Manaus, Teresina, Salvador, Belo Horizonte, Goiânia, Belém, Rio de Janeiro, Natal, Maceió, Aracaju e Florianópolis; empregar os meios necessários a fim de ocupar pelo menos uma vaga nas câmaras em Porto Alegre, Rio Branco, Recife, Vitória, Curitiba, João Pessoa, São Luís; selecionar candidatos a vereador que possam se aproximar do nível da disputa municipal às câmaras em Boa Vista, Porto Velho, Campo Grande, Cuiabá, Macapá e Palmas;

d) definir os municípios prioritários nos quais a campanha eleitoral deve exigir da direção estadual atenção e esforço concentrados, ou providenciar ainda sua estruturação partidária; nos municípios importantes onde o Partido estiver ausente, tomar medidas para sua implantação; dar especial atenção às cidades com mais de 200 mil eleitores e às de porte médio, que se situam entre 100 mil e 200 mil eleitores;

e) deliberar, no âmbito dos comitês estaduais, a formação de um **Fundo Financeiro da Campanha** e tomar as medidas necessárias para sua viabilidade e funcionamento desde já;

f) selecionar os candidatos seguindo os critérios de compromisso político-ideológico com o Partido e que tenham influência entre as massas de uma base territorial determinada ou setor profissional extenso.

São Paulo, 30 de janeiro de 2000

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

ESPECIAL

MOMENTO ESSENCIAL PARA ACUMULAÇÃO

RENATORABELO*

As eleições municipais têm uma grande importância política para o PCdoB. Não podemos subestimá-las. É um momento essencial para acumulação de forças. É também importante para organizarmos nossas forças nos municípios.

O nosso Partido tem conseguido um trabalho importante de interiorização. Desde 1996 há um processo crescente neste sentido. Precisamos fortalecer o Partido, enraizando-o mais nos municípios, não desprezando, evidentemente, as capitais, porque estas são o centro político dos Estados. Garantir um bom resultado nas eleições nas capitais e interiorizar, sobretudo ampliando o número de vereadores comunistas, pode ser o caminho para enraizar o Partido.

A possibilidade de lançarmos candidatos majoritários é outra questão a ser abordada. Temos de levar em conta a correlação de forças, o nível dessa batalha eleitoral, pois ela não é um problema só de desejo. Além disso, os compromissos políticos com as outras forças aliadas, visando a unidade da oposição, jogam importante papel para derrotar as forças vinculadas ao modelo neoliberal. Se assim fosse, nós iríamos lançar candidato majoritário por todo lado e nominatas próprias também por todo o canto. É preciso saber qual é a força eleitoral do Partido, sua capacidade de intervenção política e até mesmo o seu grau de organização. Nós não estamos só nessa batalha. Temos de analisar o nível da batalha, compararmos nossa força com a dos outros candidatos opositores. Uma batalha como essa requer recursos em grande escala, e não é fácil conseguir esses recursos. É, também, uma batalha que requer lideranças enraizadas.

O voto de opinião vai ficando cada vez mais difícil para vereador. Nas cidades que têm o eleitorado mais politizado, ainda se podem encontrar vereadores eleitos na base do voto de opinião. Mas hoje é muito difícil eleger um vereador que não tem a sua base definida, o seu vínculo com um setor ou com um local determinado. Ele precisa de uma base que garanta pelo menos 80%, 90% da votação. A disputa é muito grande; a quantidade de candidatos a vereador é cada vez maior. As nominatas próprias elevam muito o número de candidatos a vereador. Em decorrência, existe uma quantidade enorme de candidatos numa mesma base. É uma eleição que tende à pulverização, pela quantidade de candidatos.

Momento político crescentemente instável

Esta batalha é o momento do Partido se enraizar, acumular forças. Não podemos separar a batalha eleitoral da política em curso em nosso país. A realidade política brasileira é crescentemente instável. As coisas estão mudando no Brasil num mês, numa semana,

quanto mais daqui até o dia da eleição... Não é possível prever a conjuntura que vai prevalecer durante as eleições. Mas não podemos ficar ao sabor dessa inconstância. Temos de ver qual a tendência para intervir politicamente. A consciência de que temos que nos preparar desde agora para o pleito é fundamental. Quanto mais cedo começarmos, maiores possibilidades teremos de sucesso. A vitória eleitoral requer muito apoio político e recursos. Para construir a base eleitoral é preciso trabalhar com prazo, enraizando-se na população local.

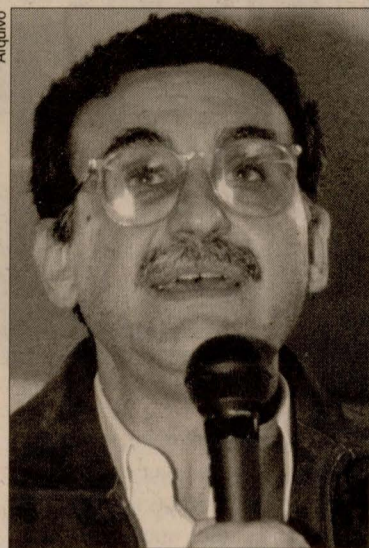
Somos os opositores mais consequentes na luta contra a política e o modelo do governo federal. O modelo passa por um grande desgaste, mas está sendo aplicado. Na realidade, as grandes decisões econômicas e financeiras são tomadas fora do país. Não existe mais comando nacional para as grandes decisões. Mas esse governo, que tem o comando fora, está agindo. Está em curso um processo de reestruturação do Brasil à moda neoliberal. Fernando Henrique já não dirige, já não governa, mas está submetido ao governo verdadeiro, sediado no exterior.

A tendência política atual é favorável à oposição. Isto não quer dizer que esteja garantido um bom resultado para a esquerda e para nós. Com o desgaste do governo, mais setores oposicionistas aparecem em cena. A oposição fica mais diversificada. Aparece oposição pela direita, pelo centro e pela esquerda. A crise política se agrava tanto que já se coloca em cena uma série de candidatos para 2002. E cada um aparecendo com bandeiras oposicionistas. Até pela direita, Antônio Carlos Magalhães levanta bandeiras de oposição. Ciro Gomes procura aparecer como homem confiável, aquele que tem um projeto. Itamar Franco, governador de um Estado importante, se apresenta como patriota, nacionalista. Lula ergue a bandeira do combate à pobreza — uma bandeira muito circunscrita, que isoladamente não tem dimensão tão grande numa realidade de crise em que o problema de defesa da nação ocupa um lugar central.

Crescimento do PCdoB no curso da batalha eleitoral

Um resultado positivo para a esquerda na batalha de 2000 vai depender de um trabalho muito grande que possamos fazer, da possibilidade de concentrarmos forças. Não podemos aplicar a aliança da esquerda de forma rígida. Temos que buscar a linha de frente única nos municípios, levando em conta a realidade de cada local. Também não podemos definir, de antemão, um partido prioritário nacionalmente para nossas alianças municipais. A complexidade dessas eleições, sua variedade em cada município, é muito grande. Temos de atuar em um campo de manobra maior.

O PCdoB pode crescer muito nestas eleições. Isso depende de uma tática justa. Pretendemos, no



Renato: ação organizada

mínimo, dobrar nossa bancada de vereadores. Nós temos atualmente 112 vereadores.

Podemos avançar mais e sermos mais ousados nas eleições majoritárias. Levando em conta, evidentemente, a realidade específica de cada município. Lançar candidato simplesmente para marcar posição é falso. Temos de garantir a eleição de nossos candidatos. Não podemos lançar alguns candidatos e não conseguir nada. Não podemos imaginar nossa ação simplesmente para marcar posição.

Em resumo, nosso objetivo é dobrar a bancada de vereadores e sermos ousados em ocupar espaços nas candidaturas majoritárias. Evidentemente que tudo isso tendo em vista crescer o Partido e contribuir para a unidade das forças populares e democráticas objetivando derrotar os aliados do governo federal nos municípios. Todo esse trabalho de crescer o Partido e lançar mais candidatos está intimamente vinculado a essa capacidade de aliança. Porque, se a aliança de esquerda cresce, o Partido vai crescer também. Pensar que vamos crescer sozinhos, fora do leito da esquerda, fora do leito dos partidos mais consequentes, é ilusão. Às vezes os outros partidos de esquerda não têm essa compreensão, mas o PCdoB tem. Por isso nós não podemos subestimar o objetivo de fazer com que as forças de esquerda também tenham vitórias nessas eleições.

Coligações e concentração nos favorecem

Quanto à nossa tática eleitoral, não podemos adotar como regra geral ter nominatas próprias. Ainda é favorável para nós, no quadro político eleitoral atual, fazer coligações e concentrar nossos esforços nas candidaturas viáveis. Como regra geral podemos eleger mais em coligações do que em nominatas próprias. A projeção das eleições passadas mostra isso claramente. Há várias capitais onde temos condições de ter nominata própria e fazer o quociente eleitoral e, ao fazê-lo, eleger um vereador. Mas ainda são vantajosas para nós as coligações. Podemos realizar coligações proporcionais de várias formas, inclusive dentro de uma mesma coligação majoritária, escolhendo a linha de corte mais favo-

rável. Não devemos subestimar a realização dessas coligações e, priorizando as candidaturas viáveis, podemos eleger um número maior de vereadores.

Onde não for possível realizar coligações, vamos lançar nominata própria. Neste caso, temos de ver quais lideranças lançar, a quantidade de candidatos e como fazer a campanha com nominata própria, que não é tão simples. Há casos em que temos uma nominata própria e vamos apoiar um candidato a prefeito de outro partido. Se temos bons puxadores de voto nessa nominata e a possibilidade de conseguir algum recurso, podemos atingir o quociente eleitoral. Ter candidatura majoritária própria ajuda, mas é preciso ter bons puxadores de voto, ter capacidade de conseguir recursos para que boa parte daqueles candidatos possa fazer campanha. Se apenas um ou dois fazem campanha e a grande maioria não faz, a vitória ficará distante.

Na seleção de candidatos devemos ser ousados. Filiamos um bocado de gente nessa fase de filiação partidária, inclusive possíveis candidatos. Todavia, não devemos transacionar com nossos princípios e a nossa linha política. Caso contrário, vamos virar um partido qualquer. Este é um ponto referencial fundamental. Porque se não é assim, não é necessário o PCdoB.

Eleições majoritárias e trabalho unitário

Quanto à eleição majoritária, devemos lançar candidato a prefeito onde a candidatura possa contribuir para a unidade das forças de oposição ou das forças de esquerda local. Evidentemente, isso não quer dizer que o Partido vai lançar o candidato que conseguir unir imediatamente essas forças. Se o companheiro tem uma capacidade potencial de reunir essas forças, a gente já pode discutir a possibilidade do lançamento desse candidato. É importante esse esforço no sentido da unidade, mesmo que seja com uma parte da esquerda. Para cumprir esse papel, temos de ter um nome com expressão. Uma candidatura majoritária que possa contribuir para essa unidade e que não caia no vazio.

Temos de ver o quadro de forças para lançarmos candidatos majoritários. Devemos ser ousados: lançarmos e ocuparmos posições nas eleições majoritárias de prefeito e vice-prefeito. O Partido vai compreendendo que não deve lançar uma candidatura majoritária que possa cair no ridículo, porque ela não vai contribuir para unidade naquele município, e até pode levar ao nosso isolamento. O Partido deve ter essa sagacidade.

Planejamento estadual aumenta a eficácia

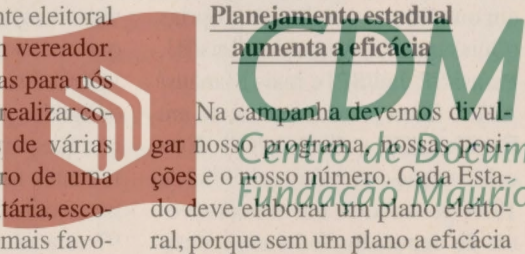
Na campanha devemos divulgar nosso programa, nossas posições e o nosso número. Cada Estado deve elaborar um plano eleitoral, porque sem um plano a eficácia

do nosso trabalho fica reduzida. Levantamos algumas questões que são importantes na elaboração desse plano: é necessário lançarmos candidatos a vereador em todos os municípios em que o Partido tenha comitês municipais. Apresentar candidatos às eleições majoritárias, prefeitos e vice-prefeitos seguindo a linha a que nos referimos. Em algumas capitais e cidades importantes, a Direção Nacional acompanhará, de perto, a batalha. Até mesmo deslocando quadros. Eleger vereadores nas Câmaras das capitais é uma questão fundamental. Este objetivo deve estar presente, com destaque, nos planos estaduais. Visamos consolidar ou ampliar as posições conquistadas.

Os Estados devem definir municípios prioritários, dar especial atenção às cidades com mais de 200 mil habitantes e às de porte médio (entre 100 mil e 200 mil eleitores). Nos Estados de menor densidade populacional, priorizar os municípios econômica e politicamente mais importantes. Quando reorganizamos os comitês municipais nas últimas conferências, 50% deles foram em cidades com menos de 20 mil eleitores. Não vamos deixar esses municípios. Mas o mais importante é termos o Partido organizado e disputando a batalha eleitoral nos municípios maiores. Esses municípios entre 100 mil e 200 mil eleitores são geralmente pólos. Neles devemos fazer um grande esforço para participar da batalha eleitoral.

Nos planos estaduais é necessário trabalhar a formação do fundo financeiro da campanha. Se não começarmos a formar o fundo financeiro de campanha desde agora, não adianta pensar em fazer fundo depois, porque o corre-corre de campanha impede o levantamento de recursos e leva ao endividamento. Depois das eleições o Partido prejudica sua atividade política porque se volta para pagar as dívidas, num círculo vicioso difícil de romper. A situação de recursos se complica mais porque o país está em crise. Os nossos eleitores enfrentam dificuldades. Não é fácil amearhar esses recursos para as campanhas. Temos que fazer, desde agora, aquele trabalho de formiguinha, que muita gente acha que não vale a pena, mas que se faz com tempo. Como vamos fazer uma campanha com 40 candidatos a vereador sem termos recursos? Esse é um problema chave.

O nosso Partido é um partido de história, um partido de princípios, um partido que tem a forma própria de fazer política. Não podemos ter uma visão puramente pragmática, de rendição à ideologia dominante. Tal postura requer compreensão partidária, compreensão política. O projeto político é um projeto comum, não é um projeto de uma pessoa determinada. Aqui está a diferença entre o nosso e os demais partidos. Agora, devemos ser ousados, devemos trazer lideranças. Essas lideranças têm que ser ganhas para essas posições. Além de definirmos um plano estadual para as eleições, é neces-



ESPECIAL

ÇÃO DE FORÇAS

sário definir os pré-candidatos. Não podemos lançar pré-candidatos e cada um que se vire segundo a sua iniciativa. É necessário estabelecermos um planejamento de atividade dos pré-candidatos, até o lançamento oficial dessas candidaturas. Nas conferências municipais que deverão ser realizadas no mês de junho, devemos estabelecer metas e tarefas para esse período. É necessária a constituição de uma rede de apoiadores. Formar uma coordenação de campanha, mesmo que provisória, composta pelo menos de um coordenador e de um tesoureiro. Angariar ajuda financeira e armazenar papel. Onde tivermos nominata própria, fazer uma divulgação intensa, desde agora, do número do Partido, ligando o número 65 a um slogan que identifique o Partido para o eleitorado. Temos de chegar ao grande público.

Núcleo da rede de organizadores

Essa rede que vamos montando deve ter um núcleo. O núcleo mais importante para os apoiadores é a própria organização do Partido. Daí a importância das organizações de base. Se as organizações de base crescem, elas se fortalecem e vão ser um núcleo importante para os apoiadores. Entre os apoiadores devemos ter, também, núcleos entre os que se interessam mais. Essa história de o candidato centralizar tudo deixa o candidato desesperado. Devemos trabalhar para que a rede de apoiadores possa se estender ao máximo. A coordenação provisória deve elaborar uma agenda para o pré-candidato. Tudo tem que ser planejado e consciente. Nada pode ser espontâneo.

Devemos estabelecer o mote da campanha, que pode não ser exatamente o mesmo da campanha passada. O candidato pode ter um mote mais eficaz. Ele vai trabalhar em função de uma imagem e de uma mensagem. Sua imagem está muito vinculada à sua relação com a base, e mais ainda, com a mensagem.

Para a mensagem temos de considerar palavras de ordem políticas, gerais, nacionais vinculadas às palavras de ordem locais. É necessário termos uma plataforma concreta para a cidade. Uma plataforma de grande interesse, de grande anseio do povo daquela cidade. Essa plataforma local tem que estar vinculada às questões políticas maiores. Temos de desnudar as causas do impacto das políticas neoliberais nas cidades. Vamos politizar essa discussão. Aí também reside o diferencial entre nós e os demais partidos. Esse segundo momento é decisivo para nossa campanha.

Entre abril e a Conferência Municipal, que deve ser realizada entre 10 e 30 de junho, podemos medir se a candidatura é viável. Teremos mais condições concretas de medir a viabilidade de nossas candidaturas. A Conferência que aprovamos os nomes dos candidatos deve apreciar esse processo, avali-

ar as pré-candidaturas, analisá-las com mais conhecimento de causa. Quanto às candidaturas a prefeito, o trabalho é maior. Temos de travar uma grande discussão, realizar seminários para discutir um projeto democrático e popular para a cidade. Se o candidato a prefeito e o Partido naquele município não tiverem condição de enfrentar esse nível de debate, vamos ficar fora da disputa.

O nosso Partido pode se destacar dos demais e jogar um papel maior. O nosso Partido é um partido de idéias, de posição, de ciência. Vamos mobilizar forças vivas de renovação, de esquerda, em torno de um projeto para a cidade. O candidato a prefeito deve ser o porta-voz. Sem um projeto desse, com grande respaldo nas camadas progressistas, naqueles interessados na renovação da cidade, não vamos andar muito. Por isso, esse trabalho preparatório tem de ser consciente, planejado desde agora. Tanto para os pré-candidatos a vereador como para os pré-candidatos a prefeitos.

Partido mais organizado, chances maiores

A estruturação partidária não está desvinculada da nossa atividade política, da campanha eleitoral. O Partido mais estruturado, mais organizado, com distritais, com base, vai ter melhores condições na batalha. No problema das alianças, não estamos presos a alianças nos municípios com toda a esquerda, ou até mesmo com certos partidos de esquerda. Devemos ser muito mais flexíveis, porque tem esquerda em determinado município que não joga papel, além de estar afastada do povo. Há partidos que não são de esquerda e estão mais identificados com a realidade local, com a defesa da cidade. Tudo isso é fundamental para acumular força, aumentar a influência política do Partido. E tentar congrega a unidade possível.

Não sabemos o que vai ser 2002. A instabilidade não é só brasileira, a instabilidade é mundial. A retomada do desenvolvimento é a grande aspiração hoje dos povos e o projeto neoliberal não está conseguindo isso. Se um candidato a presidente da República pegar essa bandeira e disser que o Brasil tem de retomar o desenvolvimento, se ele conseguir ganhar o povo para isso, ele tem uma grande bandeira na mão. Face a esse fato político de conjunto, o importante é o Partido crescer, se fortalecer, filiar mais gente, e evidentemente ter um bom resultado nas eleições de 2000.

Nosso Partido tem condições de grandes êxitos nestas eleições. Estamos mais preparados, mais experimentados. O ambiente político é mais favorável. Se conseguirmos construir uma orientação justa, vamos alcançar e até ultrapassar nossos objetivos.

*Vice-presidente do PCdoB.
Pronunciamento no ato de parlamentares do PCdoB, 1999, em Brasília

NORMAS PARA AS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, em cumprimento ao que determina a Lei 9.504/97 (Art. 7º) e o estatuto partidário (Art. 28, parágrafo 2º, alínea "e") aprova a seguinte Resolução:

Art. 1º - A escolha dos candidatos e a deliberação sobre coligação para o pleito municipal compete à Conferência Municipal, "ad referendum" do Comitê Estadual (Estatuto, Art. 44, "e").

Art. 2º - A Conferência Municipal será convocada pelo Comitê Municipal para ser realizada entre os dias 10 e 30 de junho de 2000 (Estatuto, Art. 46, "a" e Lei 9.504/97, Art. 8º).

§1º - Se as condições políticas assim o exigirem, poderá ser convocada uma pré-Conferência, em período anterior ao estabelecido na Lei.

§2º - O registro dos candidatos e coligações só poderá ser requerido após decisão da Conferência realizada no período previsto em Lei.

Art. 3º - A Conferência será aberta e instalada pelo presidente do Partido no município, e na sua ausência, por seus substitutos regimentais.

Art. 4º - A Conferência Municipal constituir-se-á de delegados eleitos em Assembleias das Organizações de Base, em Conferências Distritais e de Empresa.

§1º - Nos municípios onde o Partido não possuir Organização de Base, Comitê Distrital ou de Empresa, a Conferência constituir-se-á da Assembleia de todos os filiados no município;

§2º - Adotada a forma prevista no Parágrafo 1º, o quorum será o correspondente a 10% (dez por cento) do número mínimo de filiados previsto no Art. 20, § 4º do estatuto partidário;

§3º - No caso da Conferência constituir-se de delegados, a direção municipal estabe-

lecerá o critério de proporcionalidade para a eleição dos mesmos, que serão eleitos pelas Assembleias ou Conferências preparatórias, computando-se todos os participantes de cada uma delas, conforme constar das atas, para efeito de atendimento do quorum previsto no parágrafo anterior.

Art. 5º - Participarão da Conferência Municipal com direito a voto os filiados até 30 (trinta) dias antes de sua realização.

Art. 6º - Caberá ao Comitê Municipal apresentar à Conferência a proposta de coligação e a lista dos candidatos aos pleitos majoritário e proporcional.

Art. 7º - A proposta de coligação será aprovada se obtiver a maioria dos votos.

Art. 8º - Os candidatos serão aprovados em votação uninominal.

Art. 9º - Havendo necessidade política, a Conferência poderá delegar ao Comitê Municipal a atribuição de decidir sobre a coligação e aprovar os nomes dos candidatos.

Art. 10 - A Conferência Municipal será convocada com antecedência mínima de 8 (oito) dias, para dia, local e horário que melhor atenda às finalidades a que se destina, a critério do Comitê Municipal.

§1º - O edital de convocação da Conferência Municipal, contendo dia, local, hora e pauta, será afixado na sede do Partido, quando houver, e encaminhado para afixação no mural do Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral, sendo que nas Capitais, e em municípios interioranos onde for possível, o edital será publicado em órgão da imprensa, oficial ou não;

§2º - Sempre que possível, deve-se encaminhar convocação pessoal a cada filiado ou delegado, conforme o caso.

Art. 11 - A Ordem do Dia da Conferência Municipal conterá, obrigatoriamente:

a - Tarefas políticas e de construção partidária no plano municipal;

b - Discussão e deliberação sobre as eleições municipais, inclusive acerca de coligações majoritárias e proporcionais;

c - Discussão e aprovação dos candidatos que concorrerão ao pleito;

Parágrafo Único - Nas cidades onde os Comitês Municipais são Provisórios, e satisfeitas as exigências do Art. 20, parágrafo 4º do estatuto partidário, devem ser realizadas eleições para escolha da direção municipal.

Art. 12 - Da Conferência lavrar-se-á ata circunstanciada, contendo:

a) Assinaturas dos participantes;

b) Local, dia e hora;

c) Deliberações aprovadas;

d) A quantidade de candidatos que o Partido pretende lançar e a relação nominal dos candidatos aprovados e nome com o qual será candidato, bem como seu respectivo número partidário;

e) O limite de gastos por candidatura proporcional e majoritária;

f) Breve relato dos debates havidos;

g) Os poderes expressos delegados ao Comitê Municipal, se for o caso;

h) As assinaturas, ao final, do presidente e do secretário dos trabalhos;

Parágrafo Único - A ata será lavrada em livro próprio, aberto e rubricado pela Justiça Eleitoral, podendo ser utilizado o já existente. (Lei 9.504/97, Art. 8º)

Art. 13 - Os Comitês Municipais Provisórios exercerão todas as atribuições conferidas aos Comitês Municipais.

Art. 14 - Os casos não previstos em Lei, no Estatuto ou Regimento Interno do PCdoB, ou nesta Resolução, serão resolvidos pela Conferência Municipal.

São Paulo, 30 de janeiro de 1999

Comitê Central do Partido
Comunista do Brasil

COMO ESCOLHER CANDIDATOS COMUNISTAS?

JAIRO JOSÉ*

Quais os critérios o PCdoB deve usar para definir o(a) candidato(a) que tem melhores condições de representar o Partido na batalha eleitoral?

Nós somos um Partido diferente e, na nossa organização, os candidatos estão a serviço de um programa que expressa a opinião do coletivo partidário. Aqui o mandato de vereador, de deputado ou outro cargo eletivo não é um emprego; é uma tarefa indicada pelo Partido e referendada pelo povo, através do voto. O mandato pertence ao Partido e ao povo, portanto deve ser exercido a serviço da luta popular, considerando os objetivos imediatos e futuros desta luta.

Somos ainda um Partido que, por força das circunstâncias, lançamos poucos candidatos à Câmara de Vereadores e temos tido, relativamente aos outros, poucos eleitos. Estes só o são com a contribuição coletiva dos militantes, que se dedicam enormemente para a conquista desses objetivos, participando dos comícios, carreatas, portas de fábricas etc. Agem assim em nome de um projeto coletivo e partidário que o candidato representa e, portanto, nada mais justo que queiram ter segurança de que o escolhido tenha essa compreensão.

É essa "garantia", ao lado da perspectiva de vitória eleitoral, o elemento **motivador** do coletivo partidário. "Garantia" que leva o Partido a debater melhor quem lançar para candidato, ainda mais quando recente-

mente alguns parlamentares eleitos por nós demonstraram abdicar dos compromissos assumidos.

Ocorre que somos pressionados por uma real e justa cobrança de um bom resultado eleitoral, de muitos votos. Tal pressão faz com que, muitas vezes, absolutizemos o aspecto de liderança de massas em detrimento de uma compreensão melhor do seu papel. Adianta pouco, para o imediato desejo de vitória eleitoral, um candidato com consistência e firmeza ideológica mas sem liderança, sem penetração no eleitorado e nas massas. O (im)popular "mala"! Porém eleger um candidato com muitos votos e depois ele sair do Partido levando com ele o mandato também não ajuda, muito pelo contrário.

Combinação de critérios

O que fazer? Como "garantir"? Se ninguém pode definir *a priori* se um (ou uma) determinado(a) camarada vai ficar no Partido para sempre, ou se vai sair tal dia, também nesse caso não existe receita. O que se procura fazer é combinar os critérios de massas com os ideológicos. Sabendo que cada caso é um caso. Ninguém traz estrela na testa (talvez fosse melhor dizer foice e martelo) e nem sempre as reais intenções dos pré-candidatos são explicitadas, além do que as intenções podem mudar no decorrer do tempo. As vezes um bom líder de massas, se ajudado e bem orientado por uma direção estruturada, pode desenvolver uma consciência social mais avançada.

Cabe ao Partido, em particular à sua direção:

1. Definir critérios que combinem os compromissos político-ideológicos com o Partido e o nosso programa, com a influência de massas de uma base territorial ou setor profissional extenso. Justificar com base nos critérios porque candidato "A" e não candidato "B" foi escolhido.

2. Considerar, na indicação, a história de militância do pré-candidato.

3. Criar mecanismos que comprometam o candidato publicamente com o Partido e seus eleitores.

4. Procurar dar-lhe a formação mínima necessária à manutenção do seu compromisso e ao bom desempenho do mandato.

5. Criar instrumentos de acompanhamento político coletivo através de fóruns, reuniões e seminários periódicos.

6. Investir no fortalecimento das direções intermediárias, pois uma direção municipal forte e estruturada é fundamental para o desenvolvimento do vereador eleito e para o desempenho do mandato.

Tais medidas não serão garantias definitivas, pois estas não existem. Entretanto elas nos deixam mais próximos do êxito. Elas permitem ao Partido, diante de uma escolha difícil, buscar alterar a realidade e dar maior consciência a esses(as) companheiros(as) candidatos(as) e direções intermediárias, que se dispõem a desempenhar tarefas importantes para a luta atual.

Comitê Central e secretário
de Organização do PCdoB/SP

ESPECIAL

CONSTRUIR AMPLO MOVIMENTO CÍVICO EM DEFESA DO BRASIL E DERROTAR O GOVERNO FHC NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

A ordem imperialista atual é contra a soberania das nações

A evolução do capitalismo em nossos dias confirma a constatação, feita no 9º Congresso do Partido (1997), de que esse sistema vive uma crise sistêmica, crônica, prolongada. A fase atual de "globalização" financeira se expressa em colossal concentração e centralização do capital, que assume, permanentemente, a forma "livre" e líquida, configurando crescente tendência à especulação, ao rentismo e ao parasitismo nas economias capitalistas. O fenômeno da valorização fictícia da riqueza adquire vasta proporção.

A livre movimentação internacional do capital é questão essencial para o exercício da hegemonia atual dos Estados Unidos e da sua moeda, o dólar. Este país imperialista tornou-se o centro mundial de uma grande "bolha" financeira na atualidade.

O desemprego estrutural cresce, o contingente populacional mundial situado abaixo da linha da pobreza (vive com menos de 1 dólar por dia) se estende e a concentração de renda se acentua, separando em um distanciamento maior países "centrais" dos "periféricos" e, no interior destes, os ricos dos pobres, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais.

A fim de manter essa ordem mundial cada vez mais deformada, instável e injusta, as potências imperialistas do G-7, tendo à frente os Estados Unidos, justificam cnicamente sua ação crescentemente intervencionista e brutal, passando por cima da soberania dos países, exercendo a todo custo seu hegemonismo imperial.

O movimento de resistência e progressista dos povos a essa ordem imperialista neoliberal vai se erguendo em todos os continentes, utilizando várias formas de combate. Na América do Sul, sobretudo na Venezuela, Colômbia e Equador, a resistência adquire formas avançadas de luta, atingindo até mesmo o patamar da busca de um novo rumo para seus povos.

O Brasil diante de uma encruzilhada histórica

O Brasil neste ano que findou esteve à beira do colapso cambial. O impasse financeiro foi apenas adiado. O país tornou-se refém da política monetarista-liberal do FMI e do Banco Central dos Estados Unidos. Perdeu grande parte da sua autonomia econômico-financeira. A economia brasileira encontra-se mais dependente e vulnerável, acentuando seu caráter de inconstância e instabilidade.

O Brasil se "recuperou", salvando como sempre os grandes credores internacionais, fina flor da agiotagem mundial, sacrificando, numa situação sem paralelo na história recente, a grande maioria da nação. O ano passado foi de custosas perdas para os trabalhadores e de enormes ganhos para o capi-

tal, em especial o financeiro, os grandes bancos e os intermediários nacionais do capital estrangeiro.

O país já tem o terceiro maior contingente de desempregados do mundo. Perdeu 567 mil postos de trabalho por ano em média na década de 90. A participação da renda do trabalho no PIB (Produto Interno Bruto) caiu de 55% em 1960 para 34% em 1999. A renda dos brasileiros caiu em 4%. Para conter o impulso inflacionário que persiste, quem arcou com a pesada carga mais uma vez foram os trabalhadores. Tal situação é revelada nitidamente se se observa a queda do custo unitário da mão de obra brasileira na indústria em 1999, que desabou para mais da metade do valor, se comparado com o valor de 1997.

O encilhamento financeiro a que o país está submetido agravou o desequilíbrio estrutural do balanço em transações correntes (balança comercial mais serviços da dívida) e elevou em um nível inédito a dívida pública interna. Assim, a dívida cresce em marcha batida, enquanto as exportações marcam passo. As remessas de lucro e dividendos mais os pagamentos de juros crescem velozmente (em 1990 eram iguais a 11 bilhões de dólares e em 1999 alcançaram a marca dos 18 bilhões de dólares). A rápida desnacionalização da economia brasileira incrementa em proporções geométricas, em curto período, o desequilíbrio das contas externas (a remessa de lucros passou de 1,8 bilhão de dólares em 1990 para 7,2 bilhões atualmente).

O agravamento da crise das dívidas aprofunda o impasse que vive o Brasil. Os economistas independentes e mais lúcidos afirmam que o país caminha irremediavelmente para uma moratória. Esta pode ser declarada de forma soberana, rompendo-se com a ciranda financeira internacional, ou ao contrário, de maneira subalterna, dolarizando a economia, desnacionalizando completamente o sistema bancário nacional, tornando o Brasil um "domínio" dos Estados Unidos.

Certo "crescimento" econômico previsto para este ano é insuficiente, porque o crescimento populacional está acima de 2% e o "estoque" de desempregados aumentou acentuadamente. Somente um crescimento da ordem de 6% ao ano daria condições para começar a solucionar o problema do desemprego. Além disso, do ponto de vista estrutural este crescimento pode ser apenas espasmódico, porque a tendência que prevalece no sistema econômico atual é de dependência crescente ao capital estrangeiro, de desnacionalização da economia, de dificuldades estruturais de exportação, num quadro de instabilidade do sistema financeiro mundial, ao qual o país está atrelado de forma subordinada. Há de se levar em conta, ainda, que a livre circulação de capitais é sempre um fator de instabilidade para economias como a do Brasil.

Portanto, reafirmamos que

nosso país está diante de uma encruzilhada. A saída é antes de tudo política. Como o Partido tem assinalado, é primordial para o êxito oposicionista a conjunção de amplas forças políticas e sociais a fim de derrotar o atual pacto político dominante, sustentáculo do modelo antinacional imposto ao país pelo governo FHC. Com a veloz reestruturação da economia brasileira seguindo os ditames do centro hegemônico imperialista, vem crescendo o poder de grupos dominantes internos ligados aos interesses dos círculos financeiros internacionais. A disputa entre eles situa-se no contexto da contenda de quem vai ocupar o centro do poder na continuação da vigência do regime neoliberal atual.

Apesar da existência de determinadas contradições em curso no âmbito das forças situacionistas, prevalece entre elas a determinação de usar todos os recursos e meios necessários visando manter a atual política liberal contrária aos anseios nacionais. Nesse sentido, medidas como as da reforma política antidemocrática defendida por forças governistas – os partidos menores deixariam de contar com representação parlamentar, assegurando o *status quo* dos partidos dominantes – ou até mesmo, iniciativas que pretendem aplicar recursos golpistas, como o estabelecimento do sistema parlamentarista de governo, fazem parte do vasto arsenal político dos grupos dominantes com a finalidade de garantir sua continuidade a qualquer custo no governo central.

O agravamento da situação econômica e social gera irremediavelmente a perda de credibilidade e de confiança da maioria da população nos propósitos defendidos pelo presidente da República, mesmo com ele valendo-se de aparatosa e dispendiosa ação propagandística do Planalto e da mídia em sentido contrário, numa verdadeira operação de salvação de seu segundo mandato.

Desse modo, torna-se inadiável o reerguimento da Frente Democrática Popular como núcleo de um movimento cívico que reúna os partidos oposicionistas consequentes, os movimentos e organizações populares e da sociedade civil em geral, personalidades e lideranças políticas independentes, setores sociais médios e de empresários contrários à política governamental, militares patriotas, para assumirem, com base no Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho (lançado em 18 de novembro passado em Brasília), o compromisso de estender esse movimento pelo país, mobilizando o povo em manifestações massivas.

Não é incompatível desenvolver o movimento em defesa do Brasil simultaneamente com a atividade eleitoral deste ano. A luta social e política das massas sempre se constituiu num fator favorável à elevação do nível político nas campanhas eleitorais, contribuindo



Lutas nacionais serão incorporadas na campanha municipal

para o êxito das forças populares. No pleito deste ano, o maior temor do Planalto é que este embate adquira um caráter plebiscitário quanto à aprovação ou não do governo FHC. A tendência eleitoral pode tornar-se favorável à oposição, desde que ela consiga maior unidade política e mais elevado nível de politização na campanha: Nos municípios onde a oposição aparecer com múltiplos candidatos, é preciso o estabelecimento de um "pacto de não agressão" durante o primeiro turno, fortalecendo a luta comum contra o inimigo maior. Somente assim o pleito municipal poderá resultar em derrota para as forças defensoras do governo FHC e acúmulo de força política para o lado oposicionista, tendo em vista maiores batalhas futuras.

Resolução sobre a situação política nacional

Diante do exposto, a 8ª Reunião Plenária do Comitê Central do PCdoB conclama os comitês estaduais e a todo o Partido a adotarem com o máximo empenho e criatividade as seguintes Resoluções Políticas:

1. Persistir na construção da Frente Democrática Popular como núcleo dirigente de um amplo movimento cívico em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho;

2. Estabelecer com os partidos da Frente e com o Fórum Nacional de Lutas uma agenda de mobilização popular visando a construir o movimento em defesa do Brasil, com a defesa da palavra de ordem de "Fora FHC", por um governo de reconstrução nacional das forças democráticas, patrióticas e populares, que busque novo caminho para o país, não interferindo nas posições próprias de cada Partido, resguardando a unidade baseada nas posições comuns no âmbito da Frente.

3. Nos marcos da luta pela so-

berania, contra as privatizações das estatais e o processo de desnacionalização da economia brasileira, definir em conjunto com as forças oposicionistas um plano de lutas nacional em defesa da Petrobrás e de Furnas contra as suas privatizações;

4. Mobilizar o Partido para organizar, juntamente com os partidos populares e setores democráticos da sociedade, a realização de atos de denúncia da reforma política antidemocrática urdida pelos círculos governantes;

5. Elaborar, na Comissão Política do Comitê Central, um plano de ação parlamentar tendo em vista enfrentar a investida do governo contra os pequenos partidos;

6. Promover, no âmbito da CUT e fora desta, a união das forças sindicais classistas e forças independentes em relação ao governo, visando à realização de ampla campanha em defesa do emprego, dos direitos dos trabalhadores e pela democratização da CUT, no seu 7º Congresso Nacional. Para isso, indicar a todos os comitês estaduais que coloquem em pauta nas suas próximas reuniões a preparação de uma forte e ampla bancada classista para participar do 7º Congresso Nacional da CUT;

7. Articular na Câmara Federal a continuidade do bloco PCdoB/PSB. Procurar ampliar o trabalho com outros partidos de esquerda;

8. Procurar as formas de relacionar a mobilização do movimento em defesa do Brasil contra o governo de FHC, no país e nos Estados, com a batalha eleitoral deste ano, denunciando a brutal política neoliberal de arrocho fiscal dos municípios e conseqüente cortes dos gastos sociais, que agravam mais ainda as condições de vida da população em todos os lugares.

INTERNACIONAL

A luta continua no Equador

O Partido Comunista Marxista-Leninista do Equador divulgou o seguinte chamamento ao povo equatoriano, avaliando a crise política ocorrida no país andino:

Os povos do Equador, a classe operária, os indígenas, a juventude, os pequenos comerciantes, as mulheres, fomos todos protagonistas do levante popular para derrocar o governo neoliberal e entreguista de Jamil Mahuad, promover a dissolução do Congresso e a reorganização das Cortes de Justiça. Conquistamos uma importante vitória, derrubamos Mahuad e avançamos significativamente nos propósitos estabelecidos.

As ações do levante popular alcançaram importante magnitude, conseguiram sensibilizar um setor das forças armadas que se somaram ao povo, fortalecendo-o até a constituição da Junta de Salvação Nacional.

Setores representativos da Igreja Católica, comprometidos com o povo, aderiram também ao levante.

O levante popular constitui uma grande experiência de luta e de unidade e de mobilização do povo equatoriano e de suas organizações, no qual o Congresso do Povo, a Frente Patriótica, os parlamentos indígenas, a CONAIE e outras forças organizaram ações para que Mahuad saísse do poder junto com suas medidas antipopulares e suas políticas a serviço do imperialismo e da burguesia. Constituem importantes vitórias do movimento popular a mobilização massiva e combativa, a greve dos trabalhadores petrolíferos e de outros setores, a greve dos caminhoneiros, a constituição das juntas patrióticas de governo em diversas províncias, a tomada destes governos e a substituição dos funcionários do regime neoliberal por pessoas democráticas eleitas pelas assembleias populares.

Sem dúvida, as oligarquias e o alto comando militar, sob as ordens do imperialismo norte-americano e de sua embaixada, propiciaram o complô que derrubou a Junta de Governo cívico-militar constituída pela CONAIE, os oficiais insurretos e o dr. Solórzano Constantine, governo que contava com o apoio da Frente Patriótica e de representantes de outros setores dos povos equatorianos.

Esse conluio das forças reacionárias designou Gustavo Noboa como o novo presidente, que se firma como governo ilegítimo, antipopular, que continuará com a política de privatizações, entreguista e antinacional do governo derrubado. Em suas primeiras declarações Noboa prometeu continuar com o processo de dolarização, insistir nas medidas neoliberais, o que demonstra uma simples

mudança oligárquica na condução do governo.

Os trabalhadores, os indígenas e os camponeses, os professores, a juventude, homens e mulheres democráticas e comprometidas com a necessidade da mudança social não podemos fazer outra coisa senão declarar nossa oposição frontal e ativa frente a este regime que somente significa maior exploração e opressão, mais fome e miséria para a maioria do povo.

O Partido Comunista Marxista-Leninista do Equador faz um chamamento a todas as forças populares e democráticas a continuar o combate contra o novo governo, levantando estas principais bandeiras de luta: Oposição decidida à dolarização, por

econômica que atravessamos.

Oposição à especulação e à carestia de vida. Controle popular e sanção aos grandes comerciantes e especuladores que se beneficiam com a fome do povo.

Combate à corrupção que campeia nas altas esferas da função pública, exigindo que os bens adquiridos de forma suspeita sejam confiscados e que os responsáveis sejam detidos.

Defesa da soberania nacional, expulsão das tropas e bases norte-americanas do país.

Respeito irrestrito aos direitos humanos, sindicais e às liberdades públicas.

Nosso Partido tem plena confiança de que os povos do Equador continuarão sua luta incessante para construir seu próprio poder, pela via revolucionária, e que serão capazes de se levantar novamente.

Um Equador sem exploração, justo e solidário convoca todas as forças operárias e populares, à Frente Patriótica, ao Congresso do Povo, às nações indígenas, ao CONAIE e às demais

organizações indígenas e camponesas, a todos os setores interessados nas mudanças sociais, a persistir na luta, fortalecer a unidade, a consolidar nossas organizações, para persistir no caminho de combate antiimperialista, antioligárquico e contra o regime de fome e continuísta. Vamos continuar nossa luta, por todas as formas e meios, pela instauração do poder popular, única garantia para que conquistemos nossa autêntica liberdade.

Comitê Central do Partido Comunista
Marxista-Leninista do Equador



Le Kha Phieu, do PC do Vietnã, com Arafat, da OLP

Viva o 70º Aniversário do Partido Comunista do Vietnã!

No dia 3 de fevereiro o povo vietnamita comemorou uma das datas mais importantes de sua história contemporânea. Nessa data, há 70 anos, sob a direção de Ho Chi Minh, foi fundado o Partido Comunista do Vietnã, acontecimento decisivo que influenciou o curso dos acontecimentos naquele país asiático. O 70º aniversário do Partido Comunista do Vietnã é motivo de grande alegria para os revolucionários de todo o mundo, uma vez que esse partido liderou uma das epopéias mais heróicas do século que ora finda – a luta anti-

Ao Comitê Central
do Partido Comunista do Vietnã
Camarada Le Kha Phieu –
Secretário Geral
Queridos Camaradas,

Em nome do Partido Comunista do Brasil, temos a honra de felicitar a direção do Partido Comunista do Vietnã e por seu intermédio os membros do Partido e todo o povo vietnamita nesta magna data em que se comemora o 70º aniversário da fundação de seu glorioso Partido.

Decorreram sete décadas desde o dia em que, sob a direção do saudoso camarada Ho Chi Minh, reunidos em Kowloon (Hongkong), os comunistas da Indochina decidiram unificar-se num só partido – O Partido Comunista do Vietnã. Desde então, a trajetória dos comunistas vietnamitas tem sido uma epopéia marcada pelo esforço para construir uma organização

colonialista que derrotou os dominadores franceses e a luta de libertação nacional que aniquilou as hordas sanguinárias do imperialismo norte-americano. Os comunistas brasileiros se associam aos comunistas e ao povo do Vietnã no festejo dos 70 anos de um partido cuja trajetória de lutas e glórias é fonte de educação e inspiração para os comunistas e revolucionários em todo o mundo.

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil enviou ao Partido Comunista do Vietnã a seguinte mensagem:

de vanguarda capaz de se alçar, como propôs seu fundador, à condição de "sabedoria, honra e consciência da nação". Durante esses 70 anos de existência, o Partido Comunista do Vietnã tornou-se a vanguarda agüerida e combativa do povo vietnamita, na resistência contra diversos ocupantes estrangeiros, tornou-se seu fiel representante e fundiu seu ideal com a vida dos trabalhadores.

O Partido Comunista do Vietnã foi o artífice e o dirigente da Revolução de Agosto, esteve à frente dos embates que levaram à fundação da República Democrática, conduziu vitoriosamente, com inaudito heroísmo, a resistência contra os agressores externos, primeiro os colonialistas franceses, depois os imperialistas norte-americanos, tomou medidas para abolir o colonialismo e completou a causa de libertação nacional e da reunificação da Pátria.

Hoje, com um gigantesco patrimônio de vitórias, o Partido Comunista do Vietnã defende firmemente a independência do país, elabora diretrizes econômicas e sociais voltadas para a estabilidade e o bem-estar do povo, conduzindo assim o país e as amplas massas laboriosas no caminho do socialismo numa conjuntura mundial complexa e repleta de obstáculos.

Ao completar 70 anos de existência, com força redobrada, o Partido Comunista do Vietnã distingue-se no concerto internacional como uma destacada e experiente força revolucionária, que ergue e mantém no alto a perspectiva do socialismo, como organização do Movimento Comunista Mundial que com criatividade e espírito renovado defende e enriquece o marxismo-leninismo, dando, com a força do seu exemplo, inestimável contribuição à luta de libertação nacional dos povos em busca da emancipação dos trabalhadores em todo o mundo.

Viva o 70º Aniversário do Partido Comunista do Vietnã!



Coronel Gutiérrez e o líder indígena Vargas

constituir uma medida que favorece o capital norte-americano, aos bancos e à oligarquia exportadora, principalmente e que leva a mais pobreza para milhões de equatorianos.

Nacionalização dos bancos e controle cambial.

Não pagamento da dívida externa, por constituir um entrave ao desenvolvimento do país.

Contra as privatizações das áreas econômicas que constituem um patrimônio nacional.

Aumento dos salários e permissão aos trabalhadores e empregados enfrentar a dura situação

ASSINE

A CLASSE OPERÁRIA



Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020
São Paulo - SP, Tel. 0 11 3104-4140
Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

15 edições
R\$ 15,00

- Pagamento:
- cheque nominal
 - dinheiro
 - Cartão nº Validade
 - Vale postal nº
 - Depósito na conta Ag.0251 C/C 48676-7, Banco Itaú

Data da assinatura: ____ / ____ / ____		
Nome: _____		
Endereço: _____		
Bairro: _____	Cidade: _____	
CEP _____	UF: _____	Data de nascimento: ____ / ____ / ____
Tel.: () _____		Profissão: _____
Correio eletrônico: _____		



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício de Moraes

INTERNACIONAL

Cuba: da recuperação econômica ao desafio ideológico

LUIZ MANFREDINI*

Com sua economia em ascensão mais que qualquer outro país latino-americano, Cuba também se preocupa em manter e desenvolver a consciência socialista do seu povo.

Cuba encerrou 1999 contabilizando notáveis 6,2% de crescimento do seu PIB. A performance da economia da Ilha impressionou os próprios cubanos que, no início do ano passado, não imaginavam taxas muito superiores a 2,5%. O feito torna-se mais significativo quando comparado com o mingua-do desempenho econômico do subcontinente. No final do ano, um relatório da Cepal mostrou que o PIB simplesmente não cresceu na América Latina em 1999. Em termos de PIB por habitante, segundo a Cepal, a América Latina, sem contar Cuba, apresentou um decréscimo de 1,6%, enquanto a Ilha ostentou folgados 5,6%, ocupando o topo entre os países latino-americanos. Entre 1995 e 1999, a América Latina cresceu, em média, 2,5%, enquanto Cuba, 4%.

Os resultados cubanos, no entanto, não devem ser medidos apenas em sua comparação com o andamento econômico do restante da América Latina. Por si só, essa comparação é excepcionalmente favorável a Cuba. O que se deve levar em conta é que, apenas dez anos atrás, na esteira do colapso da União Soviética e dos regimes do Leste Europeu, a Ilha praticamente chegou ao fundo do poço.

Cuba, de fato, beirou perigosamente o colapso nos anos que se seguiram a 1989. Perdeu 80% do seu comércio exterior, o PIB despencou pela metade, 80% de sua capacidade industrial instalada deixou de ser utilizada, o déficit orçamentário quase quadruplicou entre 1990 e 1993 e o peso desvalorizou-se 120% em relação ao dólar americano. A Ilha ficou sem petróleo, obrigando a volta dos carros de boi na agricultura e da tração animal em boa parte dos transportes urbanos. O desemprego grassou. Faltou comida, roupa, energia elétrica e medicamentos vitais, artigos de limpeza e higiene pessoal. Com falta de papel e tinta, a atividade editorial foi praticamente paralisada. Com drástica redução no consumo diário de calorias na alimentação, os cubanos emagreceram e ficaram doentes. De fome, pessoas desmaivavam nas ruas. É bom não esquecer que, desde 1962, Cuba já vinha sofrendo perverso bloqueio econômico capitaneado pelos Estados Unidos.

Mas Cuba renasceu das cinzas. Seu desempenho é, segundo o deputado José Luís Rodríguez, vice-presidente do Conselho de Ministros, uma “demonstração palpável do triunfo das idéias revolucionárias e socialistas sobre um modelo de capitalismo neoliberal que, pelo menos nos últimos 15 anos, apresentou-se ante os olhos do mundo como a única alternativa possível, especialmente para a América Latina, frente ao suposto fracasso da revolução cubana”.

Em 1999, o Estado e as cooperativas construíram 25.500 casas, às quais se somam as mais de 41 mil edificadas pela própria população. Foram concluídos 4.300 apartamentos na rede hoteleira, aumentaram os investimentos na prospecção do petróleo, na modernização das centrais termelétricas, nas telecomunicações. O desemprego – de 6% em 1999 – é inferior ao de 1998. O salário médio dos trabalhadores elevou-se. Isto sem falar numa performance no geral positiva dos vários ramos produtivos. Ainda assim, persistem os impactos negativos acumulados durante os primeiros anos do período especial que o país assumiu para enfrentar principalmente o desmantelamento da União Soviética. O desempenho da indústria açucareira entre 1993 e 1998 jogou peso nesse resultado. O bloqueio norte-americano e a incerta conjuntura nacional dificultam a obtenção de créditos. Somente a queda dos preços do açúcar, entre 1998 e 1999, acarretou um prejuízo estimado em US\$ 265 milhões nas exportações cubanas. O preço do barril de pe-

tróleo – que aumentou 2,5 vezes entre dezembro de 1998 e novembro de 1999 – também pesou sobre a economia cubana.

Encruzilhada ideológica

A reação da economia cubana tem como alicerce um conjunto de amplas transformações. A entrada do capital estrangeiro, a instituição do trabalho por conta própria na cidade e no campo, a aceitação do dólar americano como moeda corrente, ao lado do peso, a priorização do turismo como fonte de geração de emprego e entrada de divisas a curto prazo são algumas das reformas cubana.

Mas a nova formatação vem sendo, ao mesmo tempo, responsável por modificações subjetivas importantes. A dramática encruzilhada cubana não foi apenas econômica. Apresentou – e de forma contundente – uma larga e complexa dimensão ideológica.

A crise na URSS e no Leste Europeu “destruiu um dos principais padrões valorativos de comparação, através dos quais eram julgados muitos dos processos e acontecimentos da vida nacional ou internacional”, afirma José Ramón Fabelo, vice-presidente da Sociedade Cubana de Investigações Filosóficas. Disseminou-se, em decorrência, uma atitude niilista em relação ao marxismo e aos valores a ele associados. Tratava-se, segundo Fabelo, de “uma crise universal de valores”.

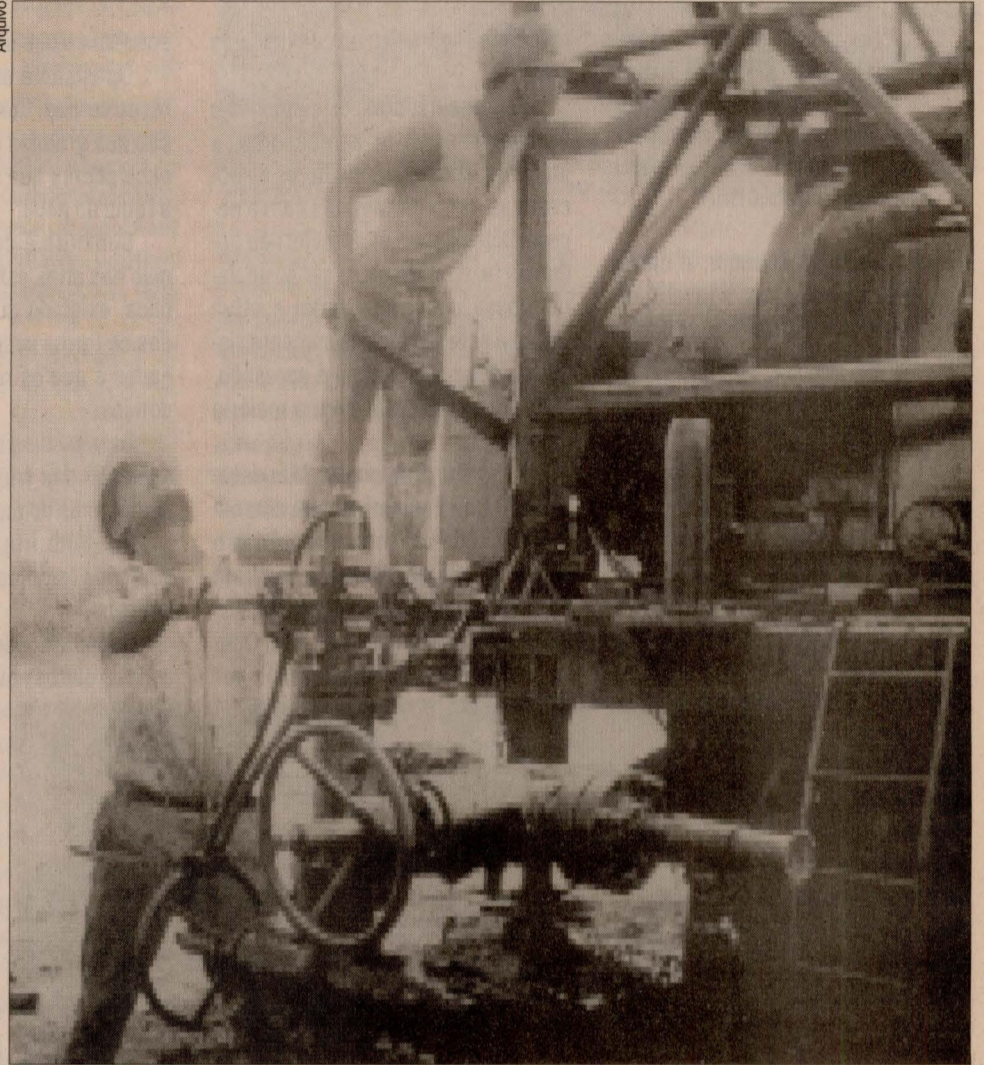
Como explica Fabelo, “as crises de valores geralmente acompanham as comoções que têm lugar nos períodos de transição da sociedade (progressivos, regressivos ou de acomodamento)”, o que comumente gera “perplexidade e insegurança dos sujeitos sociais sobre qual é o verdadeiro sistema de valores e um sentimento de perda de validade daquilo que se considerava valioso”. Assim, “a crise econômica provoca condutas mais pragmáticas, menos altruístas e menos solidárias, o ceticismo sobre o futuro da revolução e sua capacidade de enfrentar os problemas, uma inclinação à sociedade de consumo em busca de um escape para a difícil situação vivida”.

Para Maria Isabel Domínguez, do Centro de Investigações Psicológicas e Sociológicas, “as difíceis condições do país e as dúvidas sobre os prazos de suas soluções, somadas à passividade imperante em muitos grupos, estão provocando uma certa incerteza ante o futuro que se traduz no reforçamento do imediatismo e do hedonismo (...), do consumismo e da busca de vias alternativas (...) que incluem a prostituição, o casamento por interesse e o delito”.

Há o predomínio de uma consciência de consumidor sobre a de produtor. Tal situação é tema do livro *Trilogia Suja de Havana*, do escritor cubano Pedro Juan Gutiérrez, editado no Brasil pela Companhia das Letras. Ali se mostra, com chocante contundência, as ondas de dissipação que atingiram – e ainda atingem – setores da população cubana a partir do início da crise econômica.

Maria Isabel assinala que, ao longo do processo revolucionário cubano, tem havido “um forte consenso social em torno dos valores básicos da revolução como a igualdade e a justiça, o que tem mantido a maioria da população integrada ao projeto revolucionário”.

Ainda assim, o alto senso crítico – e a enorme sinceridade – dos cubanos identifica o que consideram elementos negativos presentes na sociedade e que contribuíram para agravar a interface ideológica das reformas do início dos anos 90. A primeira é a consciência igualitarista, reforçada especialmente durante os anos 80, que fomentava altas expectativas de bem-estar material acima das possibilidades do país. Em seguida, a deficiência no trabalho das instituições sociais responsáveis pela transmissão das normas e valores vigentes através do processo de socialização de crianças e jovens. Já a *tecnocratização* sobrepunha a difusão de informações técnicas sobre as de natureza humanista, destinadas – estas – à forma-



Extração de petróleo em Cuba: enfrentando as dificuldades econômicas

ção de valores. Por fim, o paternalismo levou à se conferir aos jovens um papel passivo em sua socialização.

O assunto preocupa os dirigentes cubanos. Tempos atrás, a Assembléia Nacional promoveu um seminário a respeito do que chamou *Uma Campanha de Espiritualidade e de Consciência*. Intervindo na ocasião, o escritor Cíntio Vitiér, presidente do Centro de Estudos Martianos, sugeriu uma “espécie de nova alfabetização ética, patriótica e, desde logo, política”, com base “num encontro das novas gerações com a ética e a espiritualidade martianas”. Um encontro dentro de um estilo pedagógico – como ensinava Martí – livre, coloquial, agradável, concreto. Para María Isabel Domínguez, “um traço fundamental desse momento é de conseguir que a necessária transformação sócio-econômica de nossa sociedade seja acompanhada de uma transformação ética, em que se abandonem dogmas e estilos caducos, mas seja preservado o mais valioso da moral nacional e revolucionária”.

Esta imensa tarefa, segundo Cíntio Vitiér, “não pode nem deve ser responsabilizada exclusiva da escola, ainda que tenha nela seu centro”. Trata-se, garante, de “uma empresa de dimensão nacional, envolvendo todas as organizações e organismos relacionados com o problema”. “A sociedade cubana tem de produzir seu grupo de referência interno, portador de um modelo de bem-estar próprio”, afirma María Isabel, para quem tal referência deverá “contrapor-se à influência de outros grupos de referência com modelos de bem-estar forâneos e em desajuste com nossas condições”.

A investigadora coloca a socialização das crianças e jovens como “a segunda direção dessa estratégia combinada”, para a qual a questão chave é a elevação do poder de persuasão no trabalho educativo e político, combinando maior informação, maior participação e uma adequada política de estímulos. A escola, a seu ver, mantém seu papel determinante no processo de socialização, cabendo-lhe três missões essenciais: ensinar a pensar, ensinar não só para desenvolver habilidades técnicas parciais, mas fundamentalmente para entender a totalidade social, promover mudanças nas aspirações dos jovens enfatizando o papel de produtor, e de consumidor; reforçar a importância da formação de valores, fundamentalmente do va-

lor nacional e do valor trabalho, combinando, para tanto, o papel da razão e o da emoção evitando, como diz Ramón Fabelo, “uma transmissão fria e esquemática de valores”.

Fabelo considera vital demonstrar sistematicamente que “as reformas capitalistas que hoje precisamos introduzir (...) são medidas absolutamente necessárias e inevitáveis em nossas condições, não se constituindo um fim em si mesmas, mas um valor instrumental, um meio que nos permitirá, em primeiro lugar, obter a recuperação econômica e preservar a prática de importantes valores como a independência, a dignidade nacional e as grandes conquistas de justiça social que a revolução trouxe a nosso povo”. A seguir, Fabelo sugere uma “reconceituação da nossa utopia (...) de modo que seja possível outorgar um sentido estratégico nitidamente socialista a tudo o que fazemos, evitando a impressão de que nos movemos irremediavelmente em direção ao capitalismo”.

“É imprescindível” – sublinha Fabelo – “resgatar a credibilidade do marxismo, despojá-lo dos vícios dogmáticos e das desfigurações históricas de que foi objeto, renová-lo criadoramente segundo as circunstâncias atuais, vinculado estreitamente com o ideal patriótico, independentista e socialista da nação”.

Por fim, ainda segundo Fabelo, “deve-se propiciar às novas gerações um conhecimento maior da outra face do capitalismo, que geralmente se mantém oculta, onde se encontram a miséria, a insalubridade, a incultura, a injustiça e a morte”. Para ele, é preciso demonstrar às novas gerações os limites históricos, ecológicos e humanos que tem o capitalismo como sistema, sua irracionalidade como modo de organização da sociedade, sua impossibilidade como modelo do futuro humano”.

“Uma revolução só pode ser filha da cultura e das idéias”, disse Fidel Castro na aula inaugural da Universidade Central da Venezuela, que proferiu em fevereiro do ano passado. Cuba oferece ao mundo instigantes ingredientes – vários deles precursores e frequentemente polêmicos – para uma reflexão crítica, dialética e, portanto, criadora, a respeito do socialismo e seus percursos nos primórdios do século XXI. ■

*jornalista e escritor paranaense. Visitou Cuba em janeiro último.

Esquerdismo, doença infantil do comunismo – Lenin – 2ª parte

AUGUSTO BUONICORE

CAP. VII

Deve-se participar nos parlamentos burgueses?

■ Os comunistas “de esquerda” da Alemanha afirmavam que era preciso “rejeitar de modo categórico todo retorno aos métodos parlamentares de luta, que já caducara histórica e politicamente”.

■ Para Lenin, também, o parlamentarismo caducou historicamente, ou seja, caducou do ponto de vista histórico-universal, como caducou o capitalismo enquanto regime social. Mas ele não caducou do ponto de vista político-prático na maioria dos países.

■ “Na história universal, afirma Lenin, o tempo é contado por décadas. Neste terreno dez ou vinte anos a mais ou a menos não têm importância (...) Por isso, utilizar-se do critério da história universal para uma questão de política prática constitui o mais gritante erro teórico”. Não devemos julgar que “o caduco para nós tenha caducado para a classe ou para massa”.

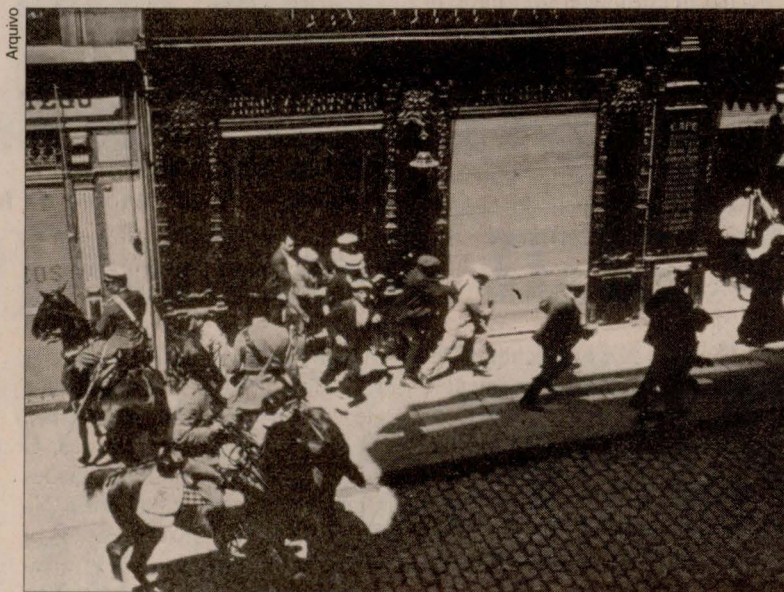
■ O autor critica os esquerdistas da Alemanha por confundirem os seus desejos com a realidade objetiva. Este seria “o mais perigoso dos erros para os revolucionários”.

■ Contra os esquerdistas Lenin alerta para necessidade de mesmo nos períodos de ascenso revolucionário saber “combinar a ação de massas fora do parlamento reacionário com um oposição simpatizante da revolução (...) dentro desse parlamento”

UM EXEMPLO: Uma demonstração da justeza da tática bolchevique foi a sua participação nas eleições da Assembléia Constituinte de 1917 e depois a defesa de sua dissolução. A dissolução só ocorreu quando estava claro para as massas operárias do caráter reacionário daquele parlamento e a superioridade dos soviets. Ou seja, mesmo imediatamente após a tomada do poder pelos bolcheviques o parlamentarismo burguês não estava caduco para amplas massas do povo que ainda deveria passar, por algum tempo, pela experiência de um duplo poder.

■ Portanto a verdadeira crítica deveria ser endereçada “não contra o parlamentarismo ou a ação parlamentar, mas sim contra os chefes que não sabem utilizar as eleições e a tribuna parlamentares de modo revolucionário, comunista.”

■ Lenin, ao defender a importância da luta parlamentar,



Grevistas atacados em 1917: amplitude para ganhar força

não a absolutiza e afirma que “a ação das massas (...) é sempre mais importante que a ação parlamentar, e não só durante a revolução ou numa situação revolucionária”. A ação parlamentar se subordina à revolução das massas e não ao contrário.

PARA REFLETIR: A história política recente colocou a esquerda brasileira diante de um dilema: participar ou não do colégio eleitoral. Algumas correntes afirmavam que os deputados de oposição não deveriam participar do colégio eleitoral por ser um órgão reacionário, ilegítimo, criado pela ditadura. Mesmo que essa não participação pudesse significar a vitória do representante desta mesma ditadura: Paulo Maluf. Os comunistas brasileiros defenderam atuar no parlamento reacionário e travar a batalha dentro daquele colégio eleitoral. A ditadura militar foi derrotada no terreno que ela mesmo havia preparado para se perpetuar. Qual teria sido o futuro da “transição democrática” com a vitória do malufismo?

CAP. VIII

Nenhum compromisso?

■ Respondendo aos blanquistas, afirma Engels: “Os comunistas alemães são comunistas porque, através de todas as etapas intermediárias e de todos os compromissos criados não por eles, mas pela marcha da evolução histórica, vêm com clareza e perseguem constantemente seu objetivo final.”. Estes imaginam que “basta o seu desejo de saltar etapas intermediárias e os compromissos para que a coisa esteja feita (...) Que pueril ingenuidade a de apresentar a própria impaciência como argumento teórico!”

■ Existem compromissos e compromissos. “Todo proletariado conhece greves, conhece “compromissos” com os odiados opressores e exploradores, de-

pois dos quais os operários tiveram de voltar ao trabalho sem haver conseguido nada ou contentando-se com a satisfação parcial de suas reivindicações. Todo operário (...) percebe a diferença existente entre um compromisso imposto por condições objetivas (...) que nada diminui (...) a disposição de continuar a luta dos operários que o assumiram – e um compromisso de traidores ...”

■ Na política, onde as coisas são mais complexas, nem sempre é fácil estabelecer quais são os compromissos justos e necessários e quais são os compromissos que acarretam prejuízos para o desenvolvimento do processo revolucionário.

■ Por isso é necessário a existência de uma organização partidária com quadros experimentados que “além dos conhecimentos e da experiência”, tenham “sagacidade para resolver bem e rapidamente as questões políticas complexas”.

■ Ao contrário do que imaginam os esquerdistas “a história do bolchevismo, antes e depois da Revolução de Outubro, está cheia de casos de manobras, de acordos e compromissos com outros partidos, inclusive os partidos burgueses.”

■ A conclusão a que chega Lenin é de que não se deve “renunciar de antemão a qualquer manobra, explorar os antagonismo de interesses (...) que dividem nossos inimigos, renunciar a acordos e compromissos com possíveis aliados (ainda que provisórios, inconsistentes, vacilantes, condicionais)”. Esta foi a lição ensinada pela revolução russa e sistematizada pela 3ª Internacional sob a direção de Lenin.

PARA REFLETIR: No Brasil estas lições extraídas da revolução russa permitiram aos comunistas estabelecerem alianças, ainda que provisórias, com setores da burguesia durante o movi-

mento de oposição a ditadura militar até 1985. Foi graças a existência deste ampla frente democrática, apoiada por uma amplo movimento de massas, que se conseguiu derrotar a ditadura militar no colégio eleitoral. A existência desta frente possibilitou a realização da grande campanha das diretas já! Quais outros exemplos de políticas amplas de alianças na história recente do país?

CAP. X

Algumas conclusões

■ Nesta obra Lenin nos apresenta os princípios gerais para a construção de uma tática revolucionária. Mas só os princípios gerais e não um modelo completo a ser aplicado em todas as realidades nacionais.

■ Afirma Lenin: “Enquanto subsistirem diferenças nacionais e estatais entre os povos e os países (...) a unidade da tática internacional do movimento operário comunista de todos os países exigirá, não a supressão da variedade, não a supressão das particularidades nacionais (...) mas sim uma tal aplicação dos princípios fundamentais do comunismo (...) que modifique acertadamente esses princípios em seus detalhes, que os adapte, que os aplique acertadamente às particularidades nacionais e nacional-estatais.”

■ Lenin defende que os comunistas devam estar preparados para utilizar todas as formas de lutas, as legais e as ilegais. “Em política é ainda menos fácil saber de antemão que método de luta será aplicável e vantajoso para nós, nessas ou naquelas circunstâncias futuras. Sem dominar todos os meios de luta poderemos correr o risco de sofrer uma derrota fragorosa (...) Se dominamos todos os meios de luta, nossa vitória estará garantida.”

■ Continua o autor: “Os revolucionários inexperientes imaginam freqüentemente que os meios legais de luta são oportunistas (...) e que os processos ilegais são revolucionários. Mas isso não é justo (...) os revolucionários que não sabem combinar as formas ilegais de luta com todas as formas legais são pessimistas revolucionários”

NÃO DEIXE DE LER

DIMITROV, G. – A Unidade Operária Contra o Fascismo
LENIN, V. I. – Cartas Sobre Tática
— – Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática
— – Teses de Abril
MARX, Karl – A Burguesia e a Contra Revolução
STALIN, — – A Estratégia e a Tática dos Comunistas
— – Fundamentos do Leninismo

Promoção de fitas do PCdoB



“9º Congresso do PCdoB” – Compilação dos temas discutidos em todo o processo do Congresso e que hoje estão sendo aplicados na política do Partido. Entrevistas com os participantes, trechos das intervenções especiais, apoio dos delegados estrangeiros e contribuições dos delegados dos vários Estados. R\$ 5,00

“PCdoB: 75 anos” – Vídeo sobre a festa de comemoração dos 75 anos do PCdoB em 25 de março de 1997. Contém um apanhado da história do Partido, com imagens de época.

Uma emocionada intervenção de João Amazonas, as falas de Luís Inácio Lula da Silva; Armando Suarez, de Cuba, a declamação de um poema de Garnier e outros artistas e personalidades. R\$ 10,00

“Basta de FHC” – Fita com os 2 programas e as 5 inserções do PCdoB que fizeram parte de uma das campanhas mais amplas e contundentes já feitas pelo Partido na TV. Campanha que levou o governo a entrar com recurso para tentar proibir a veiculação das idéias dos comunistas na TV. R\$ 10,00

Partidos e em setores nos telefones
Fundação Maurício Grabois
(0 11) 3104-4140 Ou 3106-0412

Obs.: As despesas do correio não estão incluídas nos preços

A perspectiva histórica do socialismo

O presidente do PCdoB, João Amazonas, realizou no dia 28 de janeiro a palestra "A perspectiva histórica do socialismo", promovida pelo Instituto Maurício Grabois, Centro de Estudos Sindicais, Centro de Estudos Marxistas da Universidade de Campinas (Unicamp) e revista Princípios, no Sindicato dos Engenheiros de São Paulo. A seguir, trechos da palestra:

JOÃO AMAZONAS

O movimento comunista vive grande crise teórica e prática. No início do século XX uma situação semelhante foi identificada e enfrentada por Lenin, que deu nova perspectiva ao movimento revolucionário, especialmente com a Revolução Russa de 1917.

Hoje o movimento revolucionário vive uma fase defensiva, ligada às derrotas sofridas pelo campo socialista. Mais do que nunca, é necessário defender os fundamentos da teoria revolucionária e tratar conseqüentemente os novos fatores da realidade objetiva.

Certos estudiosos têm feito declarações radicais contrárias aos fundadores do marxismo-leninismo. Buscam a causa da derrota na própria teoria de Marx e Engels. Um deles chegou a falar de "marxismo sem utopia". Mas Marx e Engels foram justamente as personalidades do mundo da ciência que mais combateram as teorias e os pensadores utópicos. Foi na polêmica com tais concepções que desenvolveram o materialismo dialético e histórico.

Fundação da ciência social

A segunda metade do século XIX foi marcada pelo desenvolvimento da teoria e do aprofundamento da ciência social. Em todos os campos a ciência se desenvolveu. Novas e complexas questões teóricas foram colocadas na ordem do dia. É nesse contexto que Marx e Engels criaram a ciência social, a teoria revolucionária. É desse período *O Capital*, obra monumental em que Marx analisa a estrutura, contradições e perspectivas do capitalismo.

Isso não aconteceu por acaso. São necessárias condições objetivas para a elaboração da teoria científica. O capitalismo havia alcançado pleno desenvolvimento e já expunha suas contradições. O marxismo se desenvolve em um momento de avanço do capitalismo, que exigia pesquisas profundas.

A teoria revolucionária foi concebida e se desenvolveu envolta pelos sérios problemas que se delineavam à época na tentativa de realização prática da teoria, do confronto teórico e político, no âmbito da Liga dos Comunistas e da I Internacional.

No início do século XX apareceu a contribuição genial de Lenin. Fundamentado em Marx e Engels, ele foi capaz de detectar os novos fenômenos que ocorriam. Identificou uma nova etapa do sistema

capitalista. Até então esse sistema se apresentava como o capitalismo da livre concorrência. Na virada do século XIX para o XX, o sistema deu um salto e atingiu uma nova etapa – que Lenin examinou com profundidade, descobrindo suas características históricas objetivas. Lenin escreveu *O imperialismo, etapa superior do capitalismo* evidenciando os novos problemas. Assim, o líder da Revolução Russa contribuiu para desenvolver a ciência social.

Lições do século XX

O século XX é o século das grandes revoluções sociais, das grandes lutas libertadoras. Apresenta uma seqüência de importantes lutas revolucionárias nunca vistas antes na História. Inicia-se com uma tentativa de revolução na Rússia em 1905 e tem, em 1917, a primeira revolução socialista – um acontecimento excepcional. Nessa mesma quadra histórica, outro acontecimento de vulto foram as batalhas revolucionárias na Alemanha, em que se destacou o nome de Rosa Luxemburgo.

O século XX é marcado ainda por outras gigantescas revoluções, como a da China. Se a revolução de 1917 teve como cenário o fim da Primeira Grande Guerra, a revolução chinesa se deu no curso de uma longa batalha de cerca de 30 anos, que envolveu a Grande Marcha. Ela se equipara à Revolução de Outubro na velha Rússia.

Neste século tivemos a revolução no Vietnã, em que o povo daquele pequeno país enfrentou e derrotou a França e os Estados Unidos. Também a Coreia do Norte fez sua revolução popular. Episódio relevante foi a Guerra Civil Espanhola, marcada por um grande combate contra o fascismo e a reação franquista, luta em boa parte dirigida pelo Partido Comunista.

Após a Segunda Grande Guerra, ocorreram formou-se o campo socialista do Leste da Europa. Bulgária, Romênia, Hungria, Tchecoslováquia, Polônia, Iugoslávia e Albânia realizaram revoluções no quadro da luta antifascista.

A segunda metade do século XX é marcada igualmente pela luta do povo cubano. Em Cuba, venceu de início um movimento nacional-libertador, que depois evoluiu para a Cuba socialista, que resiste, apesar do cerco dos EUA.

Ocorreram ainda muitos movimentos revolucionários que se desenvolveram no processo de luta contra o imperialismo e conformaram o movimento pela descoloni-

zação. Em Portugal triunfa a Revolução dos Cravos, derrotando o regime fascista e pondo fim ao colonialismo na África. Inúmeras revoluções de caráter nacional e anti-colonial tiveram lugar em vários continentes. A América Latina, e nela o Brasil, viveu períodos de eferescência revolucionária.

Século da rebeldia

O século XX é o século da rebeldia e dos grandes movimentos libertadores, dos maiores movimentos progressistas que a Humanidade registra. O que isso significa senão a confirmação da teoria de Marx, Engels e Lenin? O que eles elaboraram e fundamentaram com a ciência social, foi comprovado na prática pelas revoluções. Essas grandes lutas se deram sob o prisma das apreciações – maduras e corretas – de que o capitalismo apresenta sua **necessária** superação.

Hoje se avolumam críticas sobre as elaborações de Marx, Engels e Lenin, procurando caracterizá-los como "positivistas" por terem afirmado que o socialismo seria inevitável. São argumentações que, no fundo, servem à defesa do capitalismo. O que Marx e Engels afirmaram foi que – **historicamente** – é inevitável a superação do capitalismo pelo socialismo, do mesmo modo que foi a superação do feudalismo pelo capitalismo.

Ao mesmo tempo em que enfrentamos o combate ao marxismo-leninismo, como lutadores de vanguarda não podemos deixar de verificar os problemas que ocorreram no movimento comunista e revolucionário. E nesse importante estudo temos algumas lições a extrair.

A mais importante nos diz que temos de considerar que a transição do capitalismo ao comunismo não é espontânea nem tarefa de curto prazo. **A transição do capitalismo ao comunismo é uma grande etapa histórica**, que não pode ser medida em décadas. Nessa etapa histórica haverá vitórias e derrotas, avanços e recuos. A vida demonstra que o socialismo não é algo perfeito e acabado. É, ao contrário, uma forma nova de organizar a sociedade, nos marcos de um difícil processo para conquistar a consciência das pessoas.

As relações capitalistas de produção nasceram no seio da sociedade feudal. Já as relações socialistas de produção não podem surgir dentro do sistema capitalista, que é inteiramente, e por princípio, contrário a elas. O novo modo de produção socialista só pode nascer com a vitória da revolução proletária.



João Amazonas: "século XX foi o século da rebeldia"

Mas como construir a nova sociedade? Não há receita nem modelo a seguir, pois as nações do mundo são diferentes – há algumas vivendo em fases quase feudais e até em certo sentido escravistas; há outras bastante avançadas. O novo regime foi criado em nações atrasadas, como a velha Rússia. Na China, as tarefas são imensas, com uma população de mais de 1 bilhão e 200 milhões de habitantes. Não são fáceis nem simples as realizações e conquistas da revolução. As derrotas nos ensinam que a revolução, uma vez vitoriosa, está sempre cercada pelo capitalismo – que tem os meios de influenciar indivíduos isolados e camadas dos países revolucionários.

Por outro lado, essa compreensão não nos deve deixar paralisados com a derrota nem enredados com as suas conseqüências negativas. Pelo contrário, devemos ter presente a noção de que a etapa histórica de transição já começou e vai prosseguir. O século XXI será marcado por intensas lutas e prenhe de movimentos revolucionários.

Compreendendo não ser fácil a passagem do capitalismo ao socialismo, temos ao mesmo tempo a percepção de que está ao nosso alcance a possibilidade de acelerar o processo para a passagem à nova etapa histórica.

Quais são os fatores que podem apressar a superação do capitalismo? O primeiro envolve o devido equacionamento da questão da **consciência social**. Não se conquista facilmente a consciência das pessoas. É fundamental que o grande desenvolvimento da ciência social e da teoria revolucionária, além de ganhar as fileiras do Partido Comunista, abarque as grandes massas da população. Lenin já dizia que sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário. Sem a formação de uma consciência social revolucionária, não há revolução que se concretize e se sustente. Está na ordem do dia desenvolver o processo de formação de uma consciência social avançada e levá-la às grandes massas do povo. Portanto, é tarefa fundamental do Partido elevar sua formação teórica ideológica e promover a conseqüente disseminação da teoria na sociedade.

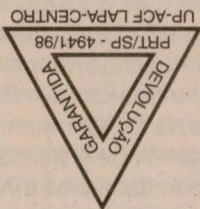
O segundo fator é a existência do Partido Comunista – o **Partido** como fomentador da consciência social. Na sociedade ele é o portador da consciência revolucionária, que não nasce espontaneamente no contexto social, nem mesmo nos movimentos popular e operário. Esse é um problema teórico de grandes dimensões. O Partido Comunista é o único que pode difundir a teoria revolucionária e ganhar o conjunto da população para a compreensão dos fenômenos da sociedade. É ele uma necessidade histórica, fundamental na aceleração da etapa de transição.

Não concordamos com os falsos teóricos quando afirmam que a teoria marxista está errada porque não se concretizou a previsão de Marx e Engels de que a revolução socialista ocorreria nos países mais desenvolvidos. Isso nos remete a uma diferenciação importante na análise da teoria. Há afirmações que, mesmo tendo sido feitas pelos autores clássicos, não fazem parte da teoria revolucionária propriamente dita. Constituem tentativas de aplicação da teoria, opiniões conjunturais. Lenin enfatizou a esse respeito que havia chegado a época das revoluções proletárias, das grandes lutas contra o capitalismo, caracterizando esse sistema como portador da reação em toda a linha e da intensificação do jugo nacional – o imperialismo.

Esse problema envolve todos os povos do mundo em nossa época. Mesmo no Brasil já compreendemos que não ocorrerá revolução sem enfrentar o inimigo maior – o imperialismo –, o que põe em relevo a questão nacional. O capitalismo não tem saída. O monopólio se aprofunda cada vez mais em todas as partes e ramos da economia. A riqueza se concentra nas mãos de um pequeno grupo de pessoas. As megafusões concentram mais riqueza.

Por isso, entendemos que a revolução é inevitável. Porém não é automática. Depende de um gigantesco trabalho de disseminação da consciência social, da teoria revolucionária e de um grande esforço do Partido para organizar o povo.

Leia a íntegra deste texto na próxima edição da revista "Princípios"



IMPRESSO
CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista
Tel. (11) 3301-1140
Fundação Maurício Grabois
A CLASSE OPERÁRIA